

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HELENA COITINHO DE OLIVEIRA

NARRATIVAS EDUCACIONAIS QUILOMBOLAS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURITIBA

2021

HELENA COITINHO DE OLIVEIRA

NARRATIVAS EDUCACIONAIS QUILOMBOLAS EM PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós Graduação em
Educação, no Setor de Educação da
Universidade Federal do Paraná como
requisito à obtenção do título do grau de
Mestra em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carolina dos Anjos
de Borba.

CURITIBA

2021

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Oliveira, Helena Coitinho de.

Narrativas educacionais quilombolas em programas de pós-graduação na Universidade Federal do Paraná / Helena Coitinho de Oliveira Junqueira – Curitiba, 2021.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Profª Drª Carolina dos Anjos de Borba

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Universidade e faculdades – Pós-graduação 3. Quilombolas. 4. Direitos humanos na educação. 5. Estudantes negros. I. Borba, Carolina dos Anjos de, 1979-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **HELENA COITINHO DE OLIVEIRA** intitulada: **Narrativas Educacionais Quilombolas em Programas de Pós-Graduação na Universidade Federal do Paraná**, sob orientação da Profa. Dra. CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Outubro de 2021.

Assinatura Eletrônica

28/10/2021 16:25:59.0

CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

28/10/2021 17:03:53.0

SONIA FÁTIMA SCHWENDLER
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

29/10/2021 10:09:21.0

PATRICIA DOS SANTOS PINHEIRO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO AMERICANA)

Assinatura Eletrônica

29/10/2021 09:04:54.0

CASSIUS MARCELUS CRUZ
Avaliador Externo (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO
PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

À Ósun, que me guia e me protege.

À minha mãe Alessandra Araújo, ao meu pai Elpim Mercês de Oliveira e ao meu avô José Francisco, agradeço pelo amor incondicional, por estarem sempre ao meu lado, por acreditarem e principalmente por sempre me apoiarem.

Agradeço imensamente a meus interlocutores Oriel Rodrigues de Moraes, Benedito Florindo de Freitas Junior e José Roberto Barbosa por terem confiado em mim enquanto pesquisadora e por terem aceitado fazer parte deste trabalho. A trajetória de vocês em muito me inspira e sou muito grata por vocês terem aceitado contá-las a mim.

À minha querida orientadora, Carolina Oyamade, agradeço imensamente pela parceria e por ter acreditado em mim. Tenho total certeza que se todos os orientadores fossem ao menos um pouco como você, a academia seria um lugar muito melhor.

À Débora Oyayomi, que foi quem de certa forma me mostrou o mestrado na UFPR como uma possibilidade, creio que sem esse teu empurrãozinho eu talvez não consideraria seguir essa jornada. Agradeço também à todas e todos do grupo de pesquisa Literatura coordenado por Débora, em especial a amiga Mariana Souza.

À Dalzira Maria Aparecida Iyagunã sou muito grata pela acolhida amorosa que recebi da senhora quando estive em Curitiba durante a seleção do mestrado. Agradeço aos Orixás por tê-la colocado em minha vida antes mesmo que eu considerasse a possibilidade de fazer mestrado em outra cidade e de tê-la como mãe.

À Sara Alves, sou extremamente grata por tê-la em minha vida e por ter estado junto a mim em todos os momentos dessa jornada e nos anteriores a ela também. Obrigada pela escuta e pela amizade.

Ao Vitor Faustino pela amizade.

Ao Grupo de Pesquisa e Extensão Joana de Andrade, em especial a Fabiane Silva, Aline Adriana, Sanciaray da Rosa, Benedito Júnior, Glauber Coutinho. Agradeço a todas e todos pelas trocas.

Às professoras Sonia Fátima Schwendler, Patrícia Pinheiro e ao professor ao Cassius Marcelus Cruz pela leitura e pelas contribuições nas bancas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pelo apoio financeiro.

O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias da destruição.

Beatriz Nascimento

RESUMO

Esta dissertação teve como principal intuito investigar as narrativas de quilombolas ingressos nos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná. Alguns estudos mostram a presença, ainda que pouca, de estudantes quilombolas na Universidade, contudo, ao avançar um pouco mais em busca da presença desses sujeitos nos outros níveis de ensino, são poucos os resultados encontrados. No caso desta pesquisa, o primeiro passo foi descobrir quais programas possuíam discentes quilombolas e para isso, o levantamento utilizado foi por via de e-mails enviados para todos os programas de pós-graduação da Universidade, visto que a mesma não possui dados oficiais que contenham essas informações. O resultado obtido foi que dos oitenta e nove programas, apenas três possuíam quilombolas matriculados, contabilizando um total de quatro estudantes. Desses, três são interlocutores desta pesquisa e com as entrevistas realizadas pude compreender como é, para eles, a representação e percepção da universidade e do programa em que está inserido, além de analisar a importância das ações afirmativas para quilombolas nas pós-graduações.

Palavras-chave: ensino superior, quilombolas, narrativas, ações afirmativas.

ABSTRACT

This dissertation had as its main purpose to investigate the narratives of quilombolas entrance in the undergraduate programs of the Federal University of Paraná (Universidade Federal do Paraná). Some studies show the presence, not an expressive one, of quilombola students at the University, however, it is unlikely to find these individuals in higher levels of educational programs. In the case of this search, the first step was to find out which programs had quilombola students and to this, the survey used was via emails sent to all graduate programs of the University, since it does not have official data containing such information. The result was that of the eighty-nine programs, only three had quilombolas registered accounting for a total of four students. Of this total amount, three are interlocutors of this research and with the interviews conducted understand how, for the interlocutors, the representation and perception of university and the program in which it is inserted, in addition to analyzing the importance of affirmative actions for quilombolas in postgraduate studies.

Key-words: higher education, quilombolas, narratives, affirmative actions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	30
----------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	31
Tabela 2	37

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

UFPR – Universidade Federal do Paraná

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

COUN – Conselho Universitário

LECAMPO – Licenciatura em Educação do Campo

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia

NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

USP – Universidade de São Paulo

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ONU – Organização das Nações Unidas

PUCPR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivos da pesquisa.....	12
1.2 Algumas conceituações sobre quilombos no Brasil.....	13
1.3 Notas metodológicas.....	18
2. EDUCAÇÃO PARA QUILOMBOLAS: O QUE A UFPR NOS DIZ?	26
2.1 Produção bibliográfica sobre quilombos na Universidade.....	30
3. INTERLOCUTORES DA PESQUISA E SUAS NARRATIVAS DE VIDA.....	40
3.1 A territorialidade como ponto de partida.....	42
3.2 Narrativas educacionais.....	47
3.3 A Permanência na Universidade: desafios e percepções dos interlocutores	59
3.4 Percepções, desafios e relação pesquisadora x interlocutores.....	64
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
ANEXO I - Tópicos e perguntas abordadas na entrevista semi-estruturada	76

1. INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema da pesquisa presente perpassa por minha trajetória desde que ingressei no curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Espírito Santo quando ainda durante a graduação percebo não só na ausência de outros discentes negros como também de docentes. Foi a partir dessa inquietação que meus interesses de estudo se constituíram durante minha trajetória acadêmica. Para além do fato de ser mulher, negra e estar nesse espaço, quando começo a entender por meio de literaturas e pesquisas alguns dos fatores dessa ausência não só de sujeitos como de referências negras no espaço acadêmico, surge de fato o interesse pela temática das relações raciais, que perpassou e ainda perpassa por minha trajetória.

Ainda nos primeiros meses da graduação, participei como voluntária em uma pesquisa que tinha como objetivo analisar os percursos escolares de discentes ingressos na universidade mediante programa de reserva de cotas. Com isso, durante aproximadamente dois anos, me aprofundi em dados e narrativas que atravessavam não só a minha condição de estudante negra e cotista na universidade, como de outros estudantes que ainda fazem parte de uma minoria no espaço universitário.

Quando eu estava no terceiro período, ocorreu um fato que ficou bem conhecido até devido ao tamanho absurdo, quando durante uma aula o professor responsável pela disciplina disse algumas falas racistas. A que ficou mais conhecida foi que ele preferiria não ser atendido por algum médico ou advogado negro. Quando questionado por alguns alunos na hora, tentou justificar seu argumento utilizando-se do conceito de capital cultural de Bourdieu, chegando até a fazer algumas perguntas para um colega negro da minha turma se quando criança ele teria ido frequentemente à teatros, por exemplo, a fim de validar seu argumento de que pessoas negras teriam de fato sim um capital cultural menor que o de uma pessoa branca e que, portanto, sua fala era justificável.

Lembro que naquele momento, minha turma quase que inteira se sentiu incomodada, alguns tentaram argumentar, mas no fim o que aconteceu também

foi bastante simbólico: muitas pessoas, incluindo as poucas pessoas negras que ali estavam, se retiraram da sala. Algumas permaneceram e contra argumentaram, principalmente aqueles que não eram o alvo principal daquela fala e que não foram interpeladas por tais palavras.

Hoje, quando escrevo esse texto e relembro desse fato, me questiono quantas pessoas negras já passaram por situações semelhantes das quais foram vítimas de racismo e não só saíram da sala de aula, como também da universidade? Realidade esta, que poderia ser também a minha, enquanto mulher negra.

Ingressar no mestrado, portanto, é um fato muito significativo não apenas na minha trajetória pessoal, como na trajetória de toda e qualquer pessoa negra, que precisa enfrentar por inúmeras vezes o chamado racismo estrutural e institucional. Vir para o Sul do país sozinha foi uma decisão um tanto desafiadora e de fato eu não imaginava que tão cedo encontraria uma rede de apoio como a que encontrei aqui.

Foi através do grupo de pesquisa Joana de Andrade, que pude me aprofundar mais na educação escolar quilombola e ter experiências enriquecedoras, como o trabalho de campo realizado na escola Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula localizada no distrito de Três Córregos em Campo Largo, em 2019. A pesquisa, foi realizada por meio de um convite da Secretaria Municipal de Educação de Campo Largo, pois a escola precisava reestruturar o Projeto Político Pedagógico para se adequar às diretrizes da educação escolar quilombola. Com isso, foram feitas algumas ações na escola, além de formação com os/as professores/as, visto que nas idas à escola, pudemos perceber a falta de conhecimento sobre as relações étnico raciais presentes naquele contexto.

Para além da experiência de campo, foi através do grupo de pesquisa e extensão, que pude compartilhar conhecer melhor dois dos três interlocutores desta pesquisa, além de conhecer um pouco mais da trajetória de outros colegas quilombolas e negros que o grupo foi capaz de juntar.

1.1 Objetivos da pesquisa

Acredito que esta pesquisa tem por objetivo não apenas a compreensão do tema em questão, mas a produção de questões que possam trazer novas reflexões. Portanto, é um trabalho que pretende contribuir para o desenvolvimento da complexidade da temática.

Sendo assim, tomei como objetivo geral analisar as narrativas e a trajetória educacional de estudantes quilombolas ingressos nos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná.

Especificamente, os objetivos estabelecidos foram:

- a) compreender como é, para os interlocutores, a representação e percepção da universidade pública e principalmente do programa de pós-graduação em que estão inseridos/as;
- b) analisar a importância das ações afirmativas nos programas de pós-graduação da UFPR e sua relação com o ingresso e permanência de estudantes quilombolas na academia, e;
- c) investigar como são constituídas as relações sociais entre os discentes quilombolas e os não quilombolas, assim como também suas percepções acerca do meio acadêmico.

A relevância acadêmica desta pesquisa se dá no sentido de contribuir para a compreensão e análise dos processos educacionais de estudantes que ainda fazem parte de uma minoria no meio acadêmico, além de dar atenção às narrativas contadas pelos interlocutores.

A intenção, portanto, é compreender quais foram os percursos anteriores à chegada na pós-graduação, quais os percursos que pretendem seguir e suas relações com o contexto educacional, além de nos possibilitar pensar em maneiras e abordagens na área da educação que possam colaborar para uma melhor inclusão de outros discentes. Essa discussão também é relevante no sentido de fomentar o debate acerca da necessidade de ações afirmativas nos programas de pós-graduação, especialmente no que se refere ao acesso e permanência.

1.2 algumas conceituações sobre quilombos no Brasil

A concepção do Conselho Ultramarino Português de 1740 definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (LEITE, 2000, p.336). Apesar de indicar de alguma forma uma posição de resistência a uma situação opressiva, essa definição também faz com que pensemos em quilombos como uma categoria referente apenas ao período colonial e não condiz com a realidade, nem leva em consideração que esse território possui uma identidade politicamente engajada. Identidade essa que, no contexto das comunidades quilombolas em geral, se estabelece numa relação intrínseca entre a territorialidade e a identidade através das práticas produtivas e socioculturais (LITTLE, 2002).

No período pós abolição predominou, durante muito tempo, uma trajetória marcada por exclusão, desigualdade e negação de direitos para a população quilombola. Foi apenas em 1988 que as comunidades quilombolas passaram a ter maior visibilidade, com a promulgação da Constituição Federal, que garantia o direito à propriedade aos remanescentes das comunidades. Também em 1988 é criada a Fundação Palmares, instituição voltada para a preservação da cultura afro-brasileira, que posteriormente passou a colaborar com a certificação de terras quilombolas. No entanto, demorou sete anos após a promulgação para que a primeira comunidade quilombola tivesse sua terra certificadas e reconhecida pelo Estado sob a nova constituição.

Contudo, é importante salientar que mesmo tendo a demarcação de terras tardiamente, os povos quilombolas não viviam em silêncio ou eram pouco organizados. Sobre isso, Clóvis Moura (1993) argumenta:

Como estavam sujeitos às invasões periódicas das forças de repressão que agiam constantemente contra eles, os quilombos tinham de organizar um tipo de poder capaz de defendê-los das investidas inimigas. No mais famoso deles – a República de Palmares – havia um governo altamente centralizado, uma monarquia eletiva, como o define Edison Carneiro. Além disso, tinham de criar formas de organização familiar, religiosa e, especialmente, econômica (MOURA, 1993, p. 35).

Quando Clóvis Moura discorre sobre as formas próprias de organização das comunidades, essa concepção me parece semelhante ao que Paul Little

chama de cosmografia (LITTLE, 2002) sendo definido como um conjunto de ideologias, identidades coletivamente e historicamente situadas, assim como saberes ambientais que um grupo utiliza para não só estabelecer como manter seu território.

Já Munanga, ao comentar acerca da organização das comunidades quilombolas, considera o quilombo brasileiro como uma “cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de outra estrutura política”. Ainda segundo o autor, os territórios quilombolas vieram por se transformar em:

campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar (MUNANGA, 1996, p. 63).

Em relação ao que o autor explicita sobre essa forma de ver o quilombo brasileiro como semelhante ao africano, me chama a atenção essa outra dimensão do conceito de quilombo, confirmando que o polimorfismo do conceito na história é bem rico.

Partindo da concepção de quilombolas como um grupo étnico, considera-se que “não são grupos formados com base em uma cultura comum, mas sim que a formação de grupos ocorre com base nas diferenças culturais” (BARTH, 2005, p.16), e que tais possuem como característica principal uma forma específica de organização social e são grupos heterogêneos, havendo assim, maneiras diferentes de organização e de identificação. Com isso, deve-se considerar então, que o território quilombola é constituído por meio de uma trajetória histórica que pode ser comum às comunidades quilombolas em geral, mas também das experiências que ali são vividas.

Pertencer a lugar não implica em uma relação necessária com etnicidade e raça, mas em uma relação com um espaço físico específico. Entretanto, a noção de identidade pode se expandir conforme a identidade de um grupo social passa pela sua relação com o território e em suas cosmografias (LITTLE, 2002, p. 264).

Muitos são os mecanismos de exclusão e violação de direitos das comunidades quilombolas no Brasil. Em pesquisa realizada em 2017, a CONAQ reuniu a ocorrência de vários tipos de violações que estão presentes de alguma forma no cotidiano das diversas comunidades quilombolas pelo país.

Dentre essas violações, as mais comuns são referentes a casos de assassinatos; contaminação por agrotóxicos ou poluição de águas; cerceamento de liberdade; criminalização por processos cíveis, destruição de casas ou plantações; perda ou possibilidade de perda de território; assim como também estão incluídos casos de abuso de autoridade; falta de políticas básicas e violência de gênero (CONAQ, 2018, p. 65-66). É notável que a falha estrutural de políticas públicas é uma das principais razões para o aumento dessas violências.

Falar sobre educação para a população negra, principalmente, é falar também sobre exclusão, invisibilização e vale ressaltar aqui que a população negra teve seus direitos não só negados, como foram colocados em posição de inferioridade em relação às pessoas brancas. Munanga (2005-2006, p. 53) argumenta que “não é apenas uma questão econômica que atinge todos os pobres da sociedade, mas sim resultante de uma discriminação racial camuflada”.

Em 2003 ocorreu a aprovação da Lei 10.639 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira na educação básica. No ano seguinte houve a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Posteriormente, a Lei 11.645 é aprovada, em 2008, e torna obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Houve com isso, um marco legal no sentido de mudança nos conteúdos ministrados nos currículos, assim como a promoção de projetos destinados a valorização da cultura negra e quilombola, sendo essa última contemplada pela Resolução 08/2012 do Conselho Nacional de Educação que prevê Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Em 2012 a Lei 12.711, também conhecida como Lei de Cotas é aprovada e torna a implementação de cotas obrigatória nas Universidades Federais. Nesse sentido, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva argumenta que:

Um programa de ações afirmativas, de modo especial no que tange à meta de cotas para negros nas universidades, significa muito mais do que aumento de oportunidades de acesso ao ensino superior, significa também condições para realizar estudos com sucesso e, além disso, reconhecimento e valorização da cultura, história e dos conhecimentos produzidos pelos africanos de África, assim como pelos da diáspora (SILVA, 2003, p. 51).

De acordo com dados informados na publicação “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”¹ de 2019 houve uma considerável melhora nos indicadores educacionais referentes a população preta e parda no Brasil entre os anos de 2016 e 2018 e muito dessa melhora se deve em decorrência das políticas de ações afirmativas, contudo, “a desvantagem da população preta ou parda em relação à população branca continuou evidente” (IBGE, 2019).

No caso das comunidades quilombolas, por serem muitas vezes também comunidades que se localizam em áreas rurais, esse processo torna-se potencialmente mais complexo e excludente se comparado à população que reside em áreas urbanas. Com isso, não se deve considerar que no caso de um quilombo urbano, por exemplo, o acesso ocorre de forma simples e fácil porque ainda há outras questões envoltas nesse processo, mas ainda existe uma dicotomia entre campo e cidade, sendo o primeiro relacionado muitas vezes à atraso, enquanto a cidade geralmente está relacionada ao progresso e desenvolvimento.

Quando estudantes quilombolas ingressam na universidade, há uma ruptura com diversas barreiras que, historicamente, os impediam (e ainda impedem) de acessar esse espaço, fazendo com que a universidade seja assumida também como um meio de ascensão social e ingressar nesse espaço torna-se então mais uma forma de luta e resistência. O racismo, considerado como estrutural na sociedade brasileira, manifesta-se de diversas formas e em múltiplos espaços, sendo um desses a universidade e o meio acadêmico em geral. A ausência de efetivas políticas públicas que não só

¹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>

incentive m o ingresso, mas garantam a permanência de estudantes quilombolas é uma dessas formas. Neste sentido, podemos citar o I Fórum Nacional de Educação Superior Indígena e Quilombola – “Permanecer é Preciso”, ocorrido em Brasília/DF (04 a 08/Outubro), que teve como principal pauta de luta, a permanência dos estudantes Indígenas e Quilombolas no Ensino Superior e a luta contra os retrocessos na educação.² Muito embora a pauta central seja a permanência no Ensino Superior, este evento serve como balizador importante para a pós-graduação.

² Veja mais em <<https://www.instagram.com/indigenasequilombolas/>>

1.3 Notas metodológicas

O meu ponto de partida nesta pesquisa pode ser traduzido na seguinte questão: como são construídas as narrativas e trajetórias educacionais de estudantes quilombolas em programas de pós-graduação da UFPR e quais representações e desafios estão presentes nesse processo? Diante disso e tendo em mente que os remanescentes de quilombos são sujeitos da diferença colonial, que historicamente foram subalternizados e tiveram seus conhecimentos invisibilizados e/ou folclorizados, tive como principal aporte teórico as teorias decoloniais, aliada também à antropologia como forma de melhor responder a questão estabelecida.

Para Catherine Walsh (2009) falar de decolonialidade é considerar trabalhos que buscam desafiar as estruturas epistêmicas e sociais da colonialidade. Colonialidade essa que mantém em suas estruturas certos padrões de poder que são enraizados na inferiorização de certos grupos de pessoas como menos humanos, além de manterem como o padrão conhecimentos eurocêntricos.

Metodologicamente, a pesquisa partiu de uma abordagem qualitativa e foi operacionada por meio da observação participante e entrevistas em profundidade semi-estruturadas. Na intenção de me distanciar da noção tradicional de observação participante, cunhada pelo antropólogo Bronislaw Malinowski na década de 1920, que tradicionalmente pressupõe um certo distanciamento entre pesquisador e objeto, parto da definição de observação participante proposta por Ingold (2016) na qual essa observação não se limita apenas ao ato de observar e meramente ver o que acontece à nossa volta ou em nosso entorno de forma distanciada. Considerando também o ato de ouvir e sentir, “significa fazê-lo a partir de dentro da corrente de atividades através da qual a vida transcorre, concomitante e conjuntamente com as pessoas e coisas que capturam a atenção que se dispensa a elas” (INGOLD, 2016, p. 407). Essa concepção em muito me agrada porque não tem intenção de propor uma relação distante ou neutra entre pesquisador e objeto ou interlocutor.

Partindo desse pressuposto, é possível observar e participar simultaneamente, porém, na academia muitas vezes supõe-se que ambas as

coisas são contraditórias. Pensando no meu campo de pesquisa, não seria possível que em determinado momento eu fosse apenas a pesquisadora observando o interlocutor e em outros assumisse apenas o papel de estudante. Assim, a observação participante não é, em absoluto, uma técnica à paisana para coleta de informações das pessoas, sob o pretexto de estar aprendendo com elas. É, antes, a contemplação, em ato e palavra, daquilo que se deve ao mundo pelo próprio desenvolvimento e formação. É isso que se entende por compromisso ontológico. (INGOLD, 2016, p. 407).

Nesse sentido, corroboro com a perspectiva do autor, considerando que a observação participante é uma tentativa de viver atencionalmente com os outros, pensando a relação entre pesquisador e interlocutor como uma correspondência, em que um aprende com o outro. A prática da observação participante é considerada como um ato de “juntar-se em correspondência àqueles com quem se aprendeu num movimento que, ao invés de voltar no tempo, segue em frente” (INGOLD, 2016, p. 409).

Já para Favret-Saada (1977) citada por Goldman (2003), a noção de participação deveria contemplar a necessidade de que o etnógrafo seja afetado pela experiência de pesquisa da qual está participando, esse contexto em sua pesquisa diz respeito a questão indígena, por isso a autora diz que ser afetado não implica que o pesquisador se identifique com o ponto de vista indígena, apenas que aceite ser interpelado pela experiência.

Outra percepção parecida com as citadas acima, é a de devir cunhada por Deleuze & Guattari, que citados por Goldman (2003, p. 464) diz respeito a um certo tipo de movimento na qual o sujeito pesquisador se permite sair de sua própria condição, através de uma relação de afetos que consegue fundar com uma condição outra. Nesse caso, afeto não tem necessariamente a ver com emoções ou sentimentos, mas tem relação reflexiva, com objetivo de “simetrizar” os papéis de pesquisador/a e interlocutor/a, tomando a sério a perspectiva daquilo o que acontece ao outro pode também pode acontecer a mim mesmo.

Recordo-me de uma aula numa disciplina do mestrado em que discutíamos sobre metodologias e nessa aula em específico, uma das professoras levantou o debate sobre fazer pesquisa de campo e ser afetado/a

pela pesquisa, pelo campo e por tudo que envolve esse universo. Ao perguntar se era possível fazer pesquisa, ser pesquisador e desenvolver afeto durante a experiência, houve um certo tipo de espanto de boa parte da turma e isso me intrigou bastante porque era exatamente aquilo que eu estava passando quando o Benedito, que era meu colega de turma e também amigo, passou a ser também um interlocutor da minha pesquisa. Gerando assim um questionamento do tipo: será que minha pesquisa então vai ser invalidada por eu ter formado um laço de amizade com meu interlocutor?

E logo cheguei na resposta dessa pergunta, que a própria professora respondeu, mesmo sem que eu tivesse perguntado, que era possível sim. Acredito que estamos muitas vezes presos a uma concepção um tanto positivista no que diz respeito a fazer pesquisas, seja por lidarmos com pessoas como simples objetos de pesquisa que servem apenas para aquele propósito ou seja porque achamos que nossa relação em campo deve ser distante ou neutra.

Quando reflito sobre discussão metodológica e tudo que isso envolve, me vem algumas inquietações em mente, principalmente sobre como vemos o “outro” em algumas perspectivas e também nas pesquisas acadêmicas.

Diante disso, o questionamento que me surge é: seria possível descolonizar metodologias que fazem um constante questionamento sobre o outro e o vê com um olhar colonizador? E quem são esses outros? Apenas um objeto de pesquisa?

Castro-Gómez (2005) compreende que as ciências sociais tiveram importante papel em ensinar quais as formas de leis que deveriam governar a sociedade, a economia, história e política e a partir desse conhecimento cientificamente legítimo, o Estado estabeleceu suas leis e políticas governamentais. Ainda conforme o autor:

Esta tentativa de criar perfis de subjetividade estatalmente coordenados conduz ao fenômeno que aqui denominamos “a invenção do outro”. Ao falar de “invenção” não nos referimos somente ao modo como um certo grupo de pessoas se representa mentalmente a outras, mas nos referimos aos dispositivos de saber/poder que servem de ponto de partida para a construção dessas representações (Castro-Gómez, 2005, p. 88). Tal tentativa contribui

então, com o ocultamento de certas identidades, assim como tem relação com as formas de apagamento e/ou ocultamento de determinadas culturas.

Eduardo Restrepo, antropólogo colombiano, contribui aqui acerca dessa reflexão metodológica devido a sua trajetória intelectual e política na qual vem criticando o discurso multiculturalista presente na antropologia. Em alguns de seus textos, vem discutindo sobre a necessidade de pensarmos e fazermos antropologias que sejam orientadas para a desestabilização de sistemas vigentes de dominação, assim como para antropologias que geram um questionamento de práticas acadêmicas “que condicionam a própria formação dos antropólogos como sujeitos políticos” (RESTREPO, 2014, p. 359).

O autor, então, trabalha com o conceito de antropologias dissidentes, como forma de enxergar a multiplicidade e também as relações de poder que se encontram no campo. Com isso surge então a importância de se pensar em formas de fazer uma antropologia que consiga crescer fazendo diálogos com outros conhecimentos e disciplinas. Acredito que, com isso, Restrepo não esteja dizendo para desconsiderarmos tudo que caracteriza a antropologia como disciplina e sua trajetória, mas sim que talvez possamos construir algo que fuja do padrão estabelecido na academia e quem sabe enriquecer essas outras referências já consolidadas em diálogos com outras perspectivas se assim fizer sentido.

Como forma de problematizar a observação participante, Restrepo (2014) menciona o conceito de pesquisa-ação-participativa criada por Orlando Fals Borda, por exemplo, que nesse sentido “não se trata de alguém observando os outros, mas sim de um exercício de auto-observação” (RESTREPO, 2014, p. 363).

Partindo da perspectiva decolonial, estamos sob a dominação da colonialidade que nos impõe um padrão único civilizatório e eurocêntrico que faz com que outras formas de vidas, de ser e de saber sejam consideradas como inferiores. Segundo Quijano (2005), a colonialidade do poder, atua na nossa sociedade em múltiplas escalas, desde o global até a escala do indivíduo e são diversos os contextos em que ela se manifesta. Já a do saber, pode ser considerada como uma dimensão epistêmica da colonialidade do poder e nesse

sentido, promove a subalternização não apenas de indivíduos como também de seus conhecimentos produzidos.

Antônio Bispo dos Santos, quilombola piauiense compreende por colonização:

todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra (BISPO, 2013, p. 48).

Como contra-colonização, o autor considera todos os processos de resistência e luta por defesa de territórios colonizados, assim como as significações e símbolos presentes nesses territórios. Nesse sentido, o próprio quilombo em si pode ser considerado como um movimento de contra colonização, fugindo da noção historicamente construída de quilombos apenas enquanto espaços de negros e negras fugidos/as.

Acredito que, enquanto pesquisadores/as é necessário nos atentarmos ao nosso olhar em relação ao outro, de forma a não enquadrá-los em uma perspectiva eurocêntrica. Assim como considerar as subjetividades, também se faz importante considerar o contexto e o território de onde partem. Essa tarefa não é sempre cumprida, visto que ainda existe na academia uma noção do pesquisador como figura superior em relação aos seus interlocutores, muitas vezes chamados e tratados apenas de objetos de pesquisa. O pesquisador, geralmente, possui vantagens epistemológicas, contudo, isso não significa que outros saberes são inferiores ou não devem ser considerados válidos.

Outro problema que ocorre em relação a esses outros conhecimentos, é que, da mesma forma que em alguns contextos são invisibilizados e não considerados como conhecimentos, em outros eles possuem seus sentidos esvaziados e até mesmo folclorizados. Estes são, em realidade, conhecimentos tradicionais e são construídos em um paralelo com a ciência, não como saberes hierarquizados e vindos de um só lugar, mas como conhecimentos próprios e que se comunicam e interagem com outros, além de que podem ser transmitidos de gerações em gerações e cultivados e semeados em territórios específicos por tradições orais.

No primeiro momento da pesquisa, a intenção era fazer um mapeamento com o intuito de saber em quais programas de pós-graduações da UFPR estão ingressos estudantes quilombolas. Contudo, me deparei com o desafio que era o fato de não existirem documentos ou índices oficiais da universidade com essas informações. Sendo assim, comecei fazendo um levantamento informal listando os programas que eu tinha conhecimento de que havia discentes quilombolas. Foi principalmente através do Grupo de Pesquisa e Extensão Joana de Andrade, que consegui estabelecer uma rede de conexões que foi extremamente importante para que eu conhecesse alguns dos interlocutores desta pesquisa, assim como outros quilombolas ingressos em diferentes cursos da graduação que também eram membros do grupo.

A forma que melhor encontrei para investigar e fazer o mapeamento, foi procurando no site oficial da universidade uma lista com todos os programas de pós-graduações e enviei e-mail para todos perguntando se havia quilombolas matriculados em seus respectivos programas.

Segundo informações contidas no site da Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, a Universidade Federal do Paraná conta com 89 programas de pós-graduação. Desses, há 74 programas de mestrado sendo que 61 destes também são programas de doutorado e 15 mestrados profissionais, distribuídos em 14 setores. Durante a pesquisa, obtive respostas apenas de 32 destes programas e as respostas que me foram enviadas relato um pouco mais à frente no texto. Porém, o resultado deste mapeamento foi de que no período da escrita desta dissertação, entre 2019 e 2021 haviam apenas 4 quilombolas matriculados em 3 programas diferentes. Destes, 3 deles concordaram em ser interlocutores da presente pesquisa.

A minha ideia inicial incluía, por meio de pesquisa de campo, frequentar e acompanhar os interlocutores nos espaços acadêmicos que frequentavam e também acompanhar algumas aulas, com o intuito de perceber como a presença desses sujeitos são lidas nesses espaços. Porém, fomos surpreendidos com a pandemia do COVID-19 e com ela também veio a necessidade do isolamento social e a mudança em nossas relações sociais, fazendo com que a comunicação virtual se tornasse o principal meio possível e foi por meio desta

que ocorreu a maior parte do contato que tive com os interlocutores. O que foi utilizado de pesquisa de campo foram observações feitas durante o primeiro e segundo semestre do mestrado, entre os meses de abril e novembro de 2019, visto que um dos interlocutores da pesquisa também faz parte da minha turma do mestrado.

A ideia inicial da pesquisa tinha como intuito investigar as trajetórias de estudantes quilombolas em cursos de graduação da Universidade Federal do Paraná. Quando o projeto foi pensado, já era esperado que a pesquisa tivesse poucos interlocutores, visto que a população quilombola não se constitui enquanto parte de uma maioria no espaço acadêmico. A mudança para o atual foco da pesquisa, direcionado às pós-graduações, realizou-se durante o primeiro semestre do mestrado. Neste período já havia feito algumas aproximações com colegas de turma e uma grande amizade com um deles em especial, que viria a ser, posteriormente, um dos interlocutores da minha pesquisa. Não só isso acontece, como também a sala de aula passa a se constituir como um campo de pesquisa.

E foi neste campo em específico que se deu uma boa parte dessa dissertação, nas relações que foram constituídas, nas observações que foram feitas e também nos laços que foram criados.

A primeira parte da pesquisa tem como intuito mostrar quais foram os caminhos percorridos até o encontro com a temática, trazendo algumas reflexões em relação a forma de se fazer pesquisa e explicitando qual metodologia utilizada para a realização dos objetivos propostos.

A segunda parte tem como intuito analisar se a universidade, por meio de ações de políticas afirmativas têm contribuído para a permanência e ingresso de estudantes quilombolas em seus programas de pós-graduações. Para além disso, fez-se necessário buscar o que tem sido produzido também sobre a temática, visto que a falta de interesse da academia reflete de alguma forma sobre a produção.

Em seguida, o objetivo torna-se o de tentar compreender como é constituída a narrativa dos estudantes quilombolas que ingressaram em programas de pós-graduações. No caso desta pesquisa, cada um dos três

interlocutores faz parte de uma área de estudo diferente, além de serem os únicos quilombolas matriculados em seus respectivos cursos.

Já na última parte da pesquisa, a ideia inicial era fazermos uma roda de conversa com os três interlocutores para conversarmos sobre quais foram suas percepções da universidade e quais foram os fatores que fortaleceram a permanência de cada um deles no meio acadêmico. Devido a alguns problemas com a conectividade e agenda de cada um, consegui reunir no mesmo ambiente virtual dois dos três interlocutores que até então não se conheciam e noutro momento posterior conversei com o terceiro interlocutor, que por coincidência já conhecia os dois citados anteriormente. Por conta da falta de tempo e imprevistos que ocorreram durante o percurso da pesquisa, foi dessa forma que os diálogos ocorreram, resultando assim na quarta e última parte desta dissertação.

2. EDUCAÇÃO PARA QUILOMBOLAS: O QUE A UFPR NOS DIZ?

A inserção das políticas de ações afirmativas na Universidade Federal do Paraná se deu no vestibular de 2005, após a aprovação no ano anterior pelo Conselho Universitário (COUN) a resolução n. 37/04 o Plano de Metas de Inclusão Racial e Social. Com isso, foi determinado, pelo prazo de dez anos, a reserva de 20% de vagas nos cursos de graduação para pessoas negras e outros 20% para estudantes vindos de escola pública.

Em 2012, dois anos antes de completar o Plano de Metas, foi aprovada a lei n.12.711, conhecida como Lei de Cotas, garantindo que 50% das matrículas nos cursos de graduação e institutos federais fossem destinadas a estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, oriundos de escolas públicas com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo por pessoa e também estudantes com alguma deficiência.

Um marco importante no que diz respeito à inclusão e diversidade na universidade, foi a criação da Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO), tendo como base metodológica a pedagogia da alternância sendo alguns dos requisitos para ingresso o exercício do cargo de educadores/as em escolas do campo ou espaços educativos não formais e também quilombolas. A organização curricular do curso, prevê aulas presenciais em regime de alternância entre universidade e comunidade, buscando garantir a articulação entre realidade dos sujeitos e a educação. Outro marco importante referente às políticas públicas na UFPR que cabe aqui citar, foi a implantação do primeiro curso de Direito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) em 2014.

Nesse contexto, a universidade passa a ter ações afirmativas para estudantes quilombolas de forma indireta, quando há maior inserção desses estudantes e a entrada da pauta específica de atendimento às demandas dos quilombolas ingressos na UFPR.

Em relação a implementação de ações afirmativas nos programas de pós-graduações a universidade não possui uma resolução única, podendo então, cada programa ter autonomia para deliberar sobre a implantação de tais políticas

O primeiro programa a implantar política de cotas foi mestrado acadêmico em Desenvolvimento Territorial Sustentável, em 2013, no campus litoral da universidade. “Em outubro de 2017, 12,5% dos seus discentes eram negros (um homem negro, cinco mulheres pardas e três homens pardos). (VANALI; SILVA, 2019, p. 15)”.

O programa de pós-graduação em Antropologia, em 2016 passa a implementar as ações afirmativas para todas as modalidades ofertadas (mestrado acadêmico e doutorado) para os ingressos no ano posterior, oferecendo 20% da reserva de vagas para negros/as, uma vaga para quilombolas e uma para indígenas.

Em outubro de 2017, 33% dos seus doutorandos (as) eram negros (as) (um homem negro, uma mulher negra, duas mulheres pardas e um homem pardo). Dos (as) mestrandos(as), 27,5% eram negros(as) (um homem negro, uma mulher negra, oito mulheres pardas e um homem pardo) (VANALI; SILVA, 2019, p. 15)”.

Em 2019, três programas aprovaram as políticas de cotas em seus programas de pós. Em maio, o PPGE garantiu cotas e vagas suplementares, sendo que as cotas foram de 20% das vagas de mestrado e de doutorado e reservadas para candidatos negros (de um total de 104 vagas no mestrado e 66 no doutorado). Já as vagas suplementares (uma por linha de pesquisa) foram destinadas a membros dos seguintes grupos sociais: indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, surdos, pessoas trans e migrantes humanitários ou refugiados. O programa, entretanto, antes mesmo da política afirmativa já recebia estudantes quilombolas. Foi inclusive em 2012 que se formou, no programa de Educação, a primeira quilombola doutora do Brasil pela UFPR, Edimara Soares.

O Programa de Pós-graduação em Filosofia reservou 50% das suas vagas, sendo 25% para negros/as e outros 25% para mulheres, além de destinar também três vagas suplementares para indígenas, quilombolas, pessoas trans e pessoas com deficiência física, uma para cada linha de pesquisa.

Já o Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento garantiu a reserva de 20% das vagas do mestrado e doutorado para negros/as, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

A universidade não possui documentos ou qualquer fonte de dados oficiais indicando em quais programas há discentes de comunidades quilombolas, sendo assim, enviei e-mails para os 89 programas como forma de obtenção desses dados. Dos 89 programas, 32 responderam meu e-mail e, apenas dois responderam que possuem discentes quilombolas, o programa de pós-graduação em educação (PPGE) e o programa de pós-graduação em antropologia (PPGA). Além desses dois, o Programa de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento também contava com um discente quilombola, totalizando apenas três programas e, conseqüentemente, um número baixo de discentes.

Entretanto, a resposta que obtive do PPGE me chamou a atenção, pois responderam o meu e-mail perguntando se eu precisaria desses dados do programa também. Apesar de ter conhecimento que naquele momento havia apenas um discente matriculado, respondi que gostaria sim da resposta do programa. O que ocorreu, então, foi que obtive uma resposta constando que haveriam dois estudantes atualmente no programa, sendo uma das pessoas que haviam citado não era quilombola, apesar de lecionar numa escola quilombola e ter a temática como tema de pesquisa.

Num outro momento, um professor do programa me esclareceu o motivo da resposta errada por parte da secretaria. Segundo o mesmo, ao receber meu e-mail a secretaria do PPGE foi procurá-lo a fim de saber quem no programa era quilombola e a resposta que tiveram foi de que haveria uma pessoa de comunidade quilombola e uma outra pessoa cuja família é pertencente a comunidade tradicional negra, justificando assim a falha por parte do programa. Entretanto, essa situação nos mostra o tamanho despreparo institucional do serviço público no que se refere aos quilombolas.

Tal situação me fez refletir sobre uma possível repetição de um padrão da colonialidade do poder, principalmente, em que faz demonstrações de um certo

exibicionismo em relação ao *outro*. O que me faz relacionar essa situação com a ideia de Quijano (2005) é o fato de que essa mesma pessoa já foi confundida como quilombola em outros momentos, assim como também já aconteceu de eu falar sobre meu tema de pesquisa e algumas pessoas quase que automaticamente pressuporem que também sou quilombola.

Sobre as demais respostas referentes aos outros programas, 20 me responderam com total certeza que não possuíam estudantes quilombolas matriculados em seus respectivos programas, 8 responderam que não possuíam essa informação ou que isso não constava no cadastro, e outros 2 deram respostas que chamaram minha atenção. Um deles, mencionou que não havia “nenhum aluno assim declarado” matriculado em seu programa e o outro disse que “não possuíam nenhum estudante com essa característica”. O que seria um estudante com essa característica? Isso nos mostra o quão invisibilizada é essa discussão, além de apresentar um quadro em que grande parte dos programas, podendo-se dizer até que a maioria, além de não ter nenhuma relação com essa pauta, também não parecem demonstrar interesse em ter.

2.1 Produção bibliográfica sobre quilombos na Universidade

Disso, me surgiu o questionamento de saber em quais áreas da universidade a temática quilombola tem sido pesquisada. Com isso, fiz uma busca no Repositório Digital Institucional da UFPR e primeiro busquei por “quilombo”. Quando fiz a busca, a própria plataforma já mostrou as variações de resultados de acordo com os termos. O resultado da pesquisa segue na figura abaixo:

Figura 1: Resultado da busca no Repositório Digital Institucional da UFPR pelo termo quilombo

Assunto
Quilombolas [1]
Quilombolas - Paraná [2]
Quilombos [4]
Quilombos - Agricultura [1]
Quilombos - Alimentos [1]
Quilombos - Aspectos políticos [1]
Quilombos - Brasil - História [1]
Quilombos - Educação [2]
Quilombos - Paraná [2]
Quilombos - São Paulo (Estado) [1]

Fonte: Repositório Digital Institucional da UFPR

A busca resultou em 14 trabalhos, divididos entre 6 teses e 8 dissertações. Seus respectivos títulos, autores, ano de publicação e programas nos quais foram realizados encontram-se organizados na tabela abaixo.

Tabela 1: Resultado da busca no Repositório Digital Institucional da UFPR

Assunto	Título	Tese/Dissertação	Autor/Autora	Ano	Programa
Quilombos	Do quilombo a escola: os efeitos nefastos das violências sociais silenciadas	Dissertação	Edimara Gonçalves Soares	2008	Programa de Pós-Graduação em Educação
Quilombolas – Paraná	Agentes e agências: o processo de construção do Paraná Negro	Dissertação	Andressa Lewandowski	2009	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Quilombos - Educação	Educação escolar quilombola: quando a diferença é indiferente	Tese	Edimara Gonçalves Soares	2012	Programa de Pós-Graduação em Educação
Quilombos - Agricultura; Quilombos – Alimentos	Agrofloresta e alimentação : estratégias de adaptação de um grupo quilombola em Barra do Turvo – SP	Dissertação	Regiane Fonini	2012	Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Quilombos - Aspectos políticos; Quilombos – Educação	Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política de educação escolar Quilombola no Paraná no início do III milênio	Dissertação	Cassius Marcelus Cruz	2012	Programa de Pós-Graduação em Educação
Quilombos - Brasil – História	Comunidade quilombola Manoel Ciriaco dos Santos: identidade e famílias negras em movimento	Dissertação	Dandara Dos Santos Damas Ribeiro	2015	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Quilombos	Identidade cultural como elemento determinante para titulação de terras quilombolas	Tese	Andre Viana da Cruz	2016	Programa de Pós-Graduação em Direito
Quilombos	Ecoturismo e tradição cultural quilombola : análise sobre as influências do turismo no Parque Estadual Caverna do Diabo nas comunidades de Ivaporunduva e Sapatu (Eldorado/São Paulo/Brasil)	Dissertação	Hetienne Juliani Pontes De Aguiar	2017	Programa de Pós-Graduação em Geografia
Quilombos	O comportamento relacional nos processos regionalizadores cotidianos : um estudo comparativo entre os quilombolas de São João e Santa Cruz – PR	Tese	Tanize Tomasi Alves	2017	Programa de Pós-Graduação em Geografia
Quilombos – Paraná	A construção de identidades nas comunidades negras de São Roque e Rio do Meio (Ivaí, 1988-2018)	Tese	Raphael Pagliarini	2018	Pós-Graduação em História
Quilombolas	A história difícil do Brasil: contraponto entre o pensamento histórico, a consciência histórica	Dissertação	Cristina Elena Taborda Ribas	2019	Programa de Pós-Graduação em Educação

	de jovens quilombolas e os conteúdos curriculares				
Quilombolas – Paraná	Redes de re-existências desde o Quilombo João Surá	Tese	Rosilene Komarcheski	2019	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Quilombos – Paraná	Imigrantes europeus, migrantes brasileiros e quilombolas na Colônia Federal Ivaí-PR durante a primeira metade do século XX	Tese	Lucimara Koss	2019	PósGraduação em História
Quilombos - São Paulo (Estado)	Quilombo Ivaporunduva: o caminho da gestão territorial como perspectiva de reexistência e do bem viver	Dissertação	Oriel Rodrigues de Moraes	2020	Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento

O programa que mais se destaca dentre esses, é o da Educação, com quatro trabalhos que contemplam a temática quilombola. O programa de antropologia, direito, geografia, história e meio ambiente e desenvolvimento, respectivamente, tiveram dois trabalhos em cada. Já a sociologia e o direito possuem apenas uma pesquisa cada um. Considerando que a universidade possui um número de 89 programas, o resultado de trabalhos produzidos nos programas de pós-graduação é muito pequeno. Porém, se considerarmos também o fato de que desse total, apenas 3 programas possuem quilombolas matriculados ou já formados, podemos notar que ao menos a temática vem sendo discutida em outros programas que não apenas esses em que os sujeitos se encontram ou se encontraram.

Dentre os trabalhos, o primeiro realizado foi a dissertação de Edimara Gonçalves Soares, no ano de 2008 pelo PPGE. “Do quilombo a escola: os efeitos nefastos das violências sociais silenciadas” teve como objetivo encontrar uma possível compreensão do que é ser uma criança negra e quilombola no espaço escolar e como tal escola lida com as fragilidades dessas crianças. No ano seguinte a dissertação de Lewandowski “Agentes e agências: o processo de construção do Paraná Negro” leva o debate sobre quilombos para a antropologia, tendo como objetivo principal analisar a construção de intervenção política de dois agentes importantes no debate e na constituição da questão quilombola no Paraná, o primeiro se tratando de um grupo de trabalho formado para identificar as comunidades quilombolas e o segundo agente sendo a comunidade João

Surá. Nos anos de 2010 e 2011 existe uma lacuna, pois não foram encontradas pesquisas produzidas nesse período.

Em 2012 dois trabalhos foram feitos na área da educação. “Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política de educação escolar Quilombola no Paraná no início do III milênio” de Cassius Marcelus Cruz busca analisar em sua dissertação como se deu o processo de reformulação na elaboração da proposta pedagógica escolar quilombola e etnodesenvolvimento no Paraná e para isso, analisou fontes escritas e orais durante o período de 2003 e 2010.

Ainda na educação, a tese de Edimara Gonçalves Soares “Educação escolar quilombola: quando a diferença é indiferente”, em seu trabalho, defendeu a tese de que a política educacional idealizada pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, no período entre 2009 e 2011, considerada exemplo nacional, voltada às Comunidades Remanescentes de Quilombos, foi inócua, a despeito de todo o esforço empreendido para sua implementação. O principal objetivo da pesquisa foi diagnosticar os efeitos gerados a partir da implementação da política de Educação Escolar Quilombola no Estado do Paraná nos anos de 2009 a 2011.

O outro trabalho realizado no ano de 2012 foi a dissertação de mestrado de Regiani Fonini na área do meio ambiente e desenvolvimento. Sua pesquisa “Agrofloresta e alimentação: estratégias de adaptação de um grupo quilombola em Barra do Turvo – SP” e teve como objetivo compreender as estratégias de adaptação de um grupo de agricultores agroflorestais quilombolas da comunidade Terra Seca face aos imperativos do ambiente natural e da sociedade englobante, a pesquisa, partiu do pressuposto epistemológico de que a interdisciplinaridade surge através da prática social a partir da qual emerge o conhecimento sobre a relação sociedade-ambiente.

Nos anos de 2013 e 2014 mais uma lacuna no que diz respeito a produção de pesquisas envolvendo a temática. Em 2015 foi encontrada apenas um trabalho, no programa de pós-graduação em antropologia. Na dissertação “Comunidade quilombola Manoel Ciriaco dos Santos: identidade e famílias negras em movimento”, Dandara dos Santos buscou problematizar a vinculação

direta entre a legitimidade da reivindicação territorial das comunidades quilombolas e a ideia de territorialidade fixa, que era presumida pela política de garantia de direitos territoriais quilombolas no Brasil, a pesquisa indicou como a construção da identidade quilombola é perpassada pelos processos de deslocamentos constitutivos da trajetória das famílias que viviam em Guaíra/PR, mas eram provenientes de Santo Antônio do Itambé/MG.

Em 2016, a única pesquisa produzida foi também a única do programa de pós-graduação em direito. Na tese “Identidade cultural como elemento determinante para titulação de terras quilombolas” Andre Viana da Cruz discutiu o direito de propriedade no âmbito histórico-jurídico colonialista e seus limites para garantir o uso coletivo da terra adotado pelas comunidades tradicionais, especialmente as remanescentes de quilombos. O estudo buscou demonstrar a necessidade de reconhecer que a terra, em certos contextos, é um bem cultural, e que o modo de aquisição desse bem não se dá por meio da titulação, considerando que este, apenas tem efeito declaratório, não constitutivo.

No ano de 2017, as duas pesquisas que apareceram nos resultados da busca foram realizadas na área da geografia. A dissertação de Hetienne Juliani “Ecoturismo e tradição cultural quilombola: análise sobre as influências do turismo no Parque Estadual Caverna do Diabo nas comunidades de Ivaporunduva e Sapatu (Eldorado/São Paulo/Brasil)” é talvez uma das que mais se diferenciam das demais encontradas, contudo, é interessante notar as particularidades de cada área de estudo e perceber como é possível articular a temática das comunidades remanescentes de quilombos com as demais áreas de interesse. O lócus da pesquisa se situa no município de Eldorado, que apresenta a maior parte de seu território coberta por Mata Atlântica, o que propiciou a criação de diversas unidades de conservação, dentre as quais se encontra o Parque Estadual Caverna do Diabo, contudo, o trabalho buscou compreender se o turismo na unidade de conservação poderia influenciar para o fortalecimento das tradições culturais das comunidades de Ivaporunduva e Sapatu. Já a tese de Tanize Tomasi Alves, “O comportamento relacional nos processos regionalizadores cotidianos: um estudo comparativo entre os quilombolas de São João e Santa Cruz – PR” teve como principal objetivo comparar os quadros da experiência cotidiana de interação social dos

quilombolas das comunidades paranaenses de São João (Ponta Grossa-PR) e Santa Cruz (Adrianópolis-PR), revelando suas articulações espaciais.

No programa de pós-graduação em história que se encontra a tese “A construção de identidades nas comunidades negras de São Roque e Rio do Meio (Ivaí, 1988-2018)” de Raphael Pagliarini defendida em 2018. Nela, o processo de construção de memórias e identidades nas comunidades negras de São Roque e Rio do Meio, localizadas na área rural do município de Ivaí/PR é problematizado. Dando atenção para as narrativas dos moradores, a tese ainda discute as rupturas e as permanências que caracterizaram as relações destes com a terra e com o trabalho, também avalia a percepção dos moradores frente aos problemas fundiários que envolvem as comunidades.

No ano seguinte, 2019, foram encontradas 3 pesquisas em diferentes áreas. Na educação, Cristina Elena Taborda Ribas em sua dissertação “A história difícil do Brasil: contraponto entre o pensamento histórico, a consciência histórica de jovens quilombolas e os conteúdos curriculares” refletiu a respeito do contraponto entre a formação do pensamento histórico, a construção da consciência histórica de estudantes quilombolas sobre os conteúdos curriculares que podem ser considerados memórias sobre as histórias difíceis da população quilombola do Vale do Ribeira, mais especificamente, a comunidade remanescente quilombola João Surá. A pesquisa fez parte do projeto da CAPES: Memórias Brasileiras - Conflitos Sociais, o qual teve o trabalho apresentado pelo Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica, da Universidade Federal do Paraná, inscrito sob o título “Indígenas, Quilombolas e Napalm: uma história da guerrilha do Vale do Ribeira”.

No programa de pós-graduação em sociologia, a única pesquisa que a plataforma encontrou diz respeito a tese de Rosilene Komarcheski que teve como principal intuito compreender como se deu o processo de inserção da comunidade quilombola de João Surá, em uma rede de movimentos sociais que atuam em defesa dos direitos de comunidades quilombolas e como foi o processo de organização social da comunidade nesse contexto. Com a pesquisa, foi possível identificar que João Surá se insere em outros movimentos para além do quilombola, se relacionando assim com um conjunto mais amplo de atores e essa inserção se relaciona também com a atuação de algumas

lideranças da comunidade, podendo assim, contribuir para a visibilidade do grupo e sua organização social.

Ainda em 2019, foi defendida a tese de Lucimara Koss que tem como título “Imigrantes europeus, migrantes brasileiros e quilombolas na Colônia Federal Ivaí-PR durante a primeira metade do século XX”. A pesquisa, primeiramente, propõe um estudo sobre as políticas migratórias, principalmente acerca da imigração de europeus para o Brasil; posteriormente, investiga o que aconteceu com a população negra após chegada dos imigrantes e pós abolição, analisando as migrações internas e formações de quilombos. Nesse sentido, a tese se propõe a ajudar na compreensão sobre como as migrações estiveram presentes na formação da sociedade brasileira em fins do século XIX e início do XX, demonstrando como a formação do povo brasileiro e a existência de muitas vidas no presente são resultados desses processos que ocorreram no passado.

O trabalho mais recente encontrado na plataforma é de 2020 e de um dos interlocutores da presente pesquisa. Foi defendida no programa de pós-graduação em meio ambiente e seu trabalho teve como título “Quilombo Ivaporunduva: o caminho da gestão territorial como perspectiva de reexistência e do bem viver”. Na dissertação, Oriel Rodrigues, realiza a pesquisa em sua própria comunidade, o quilombo Ivaporunduva, tendo como objetivo principal analisar a dinâmica social que os quilombolas da comunidade estabeleceram e estabelecem no território na busca pela manutenção de seus modos de vidas a partir da autonomia na concretização da gestão ambiental.

Esse outro quadro contém mais alguns trabalhos que não apareceram nos resultados da busca feita no Repositório Digital Institucional da UFPR, estes foram encontrados por meio da busca realizada diretamente no site dos programas em questão. Todos foram defendidos no ano de 2020, sendo assim, trabalhos bem recentes no período de escrita deste texto.

Tabela 2: Teses e Dissertações das áreas da Antropologia e Educação

Título	Tese/Dissertação	Autor/Autora	Ano	Programa
Etnografia de um direito: o estabelecimento de uma política de acesso de quilombolas à Universidade Federal de Santa Catarina	Tese	Judit Gomes da Silva	2020	Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia
Quilombo Brotas de Itatiba (SP): significados, interpretações, memórias e consciência quilombola	Dissertação	José Roberto Barbosa	2020	Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia
Escolas Para Quilombolas: Identidade, Territorialidade No Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos E Na Escola Municipal Do Campo Augusto Pires De Paula	Dissertação	Fabiane Moreira Da Silva	2020	Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR
A Constituição Da Docência Para A Educação Escolar Quilombola No Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos Na Comunidade De João Surá-Pr	Dissertação	Vanessa Gonçalves Da Rocha	2020	Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR
Escola Quilombola E Escola Do Campo: A Luta Por Uma Educação Decolonial no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e na Escola Municipal Do Campo Augusto Pires De Paula	Dissertação	Benedito Florindo De Freitas Júnior	2021	Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR

Na tabela acima, os trabalhos encontrados foram do PPGE e PPGA, confirmando novamente que são nessas áreas em que se encontram atualmente a maior parte das pesquisas sobre quilombolas. Nesse sentido, cabe aqui justificar novamente a relevância desta dissertação, visto que pelo menos na UFPR não há pesquisas parecidas.

“Etnografia de um direito: o estabelecimento de uma política de acesso de quilombolas à Universidade Federal de Santa Catarina” tese defendida em 2020 por Judit Gomes da Silva no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia é um estudo etnográfico sobre os processos de constituição, aprovação e implementação da política de vagas suplementares para quilombolas nos cursos de graduação da UFSC.

O outro trabalho defendido no programa de Antropologia é a dissertação “Quilombo Brotas de Itatiba (SP): significados, interpretações, memórias e

consciência quilombola”, trabalho de um dos interlocutores desta pesquisa, José Roberto Barbosa. Seu principal objetivo foi analisar as interpretações e as relações constituídas entre os atuais quilombolas e os chamados “antigos”, além de também analisar como se constitui o imaginário de algumas pessoas que fizeram pesquisa no quilombo sobre a figura de Vó Amélia. A pesquisa parte do Quilombo Brotas e a partir dele aborda discussões que envolvem quilombos contemporâneos, representações sociais sobre quilombos e como tais representações podem afetar as lutas atuais das comunidades por reconhecimento.

Na educação, as duas dissertações mais recentes abordam a educação escolar quilombola e ambas tiveram o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos como campo. Em “Escolas Para Quilombolas: Identidade, Territorialidade No Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos E Na Escola Municipal Do Campo Augusto Pires De Paula” Fabiane Moreira Da Silva busca compreender de qual forma a escola pode contribuir para fortalecer a luta pelo território e identidade quilombola. No trabalho, foram analisadas duas escolas, o Colégio estadual Quilombola Diogo Ramos, localizado na comunidade quilombola João Surá e a Escola Augusto Pires de Paula, que atende estudantes quilombolas da comunidade Palmital dos Pretos, cada uma com suas especificidades.

Já na pesquisa intitulada “A Constituição Da Docência Para A Educação Escolar Quilombola No Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos Na Comunidade De João Surá-Pr”, de Vanessa Gonçalves Da Rocha o principal objetivo foi o de compreender os processos envolvidos na chamada Docência Quilombola por meio de análise das ações formativas, experiências profissionais e histórias de vida de dez professoras do colégio.

Nesse levantamento, optei por focar nas pesquisas que foram produzidas na Universidade Federal do Paraná, já que é nesta que estão inseridos os interlocutores da minha pesquisa. Na etapa em que fiz o levantamento dos programas em que havia quilombolas matriculados, senti uma certa frustração com relação ao desinteresse dos programas, principalmente os que não retornaram meu e-mail, mas também com algumas das respostas que obtive.

Aqui, não estou colocando culpa especificamente sobre as pessoas que responderam, visto que são apenas pessoas que trabalham nas secretarias dos programas. Dito isto, foi a partir dessa frustração e das respostas obtidas (considerando aqui que as não respostas também podem ser consideradas respostas nesse caso) que surgiu a necessidade de descobrir em quais lugares e programas da universidade pesquisas de mestrado e/ou doutorado que envolvam quilombos ou quilombolas estão sendo feitas.

Os resultados mostram que entre 2008 e 2020, foram realizadas um total de 18 pesquisas, dentre elas 7 foram teses de doutorado e 11 dissertações de mestrado. Ou seja, em 12 anos foram produzidos apenas 18 trabalhos, distribuídos em apenas 7 programas de pós-graduação diferentes, numa universidade que possui 89 programas.

3. INTERLOCUTORES DA PESQUISA E SUAS NARRATIVAS DE VIDA

Começo a apresentação dos interlocutores pelo Benedito, que foi com quem tive o primeiro contato, até porque ingressamos na mesma turma de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação no ano de 2019. Foi, entretanto, através do Grupo de Pesquisa e Extensão Joana de Andrade, coordenado por nossa orientadora no mestrado que fomos nos aproximando mais e estabelecendo maior contato a partir de então também nas disciplinas. A relação de interlocutor e pesquisadora, entretanto, não estava pré-estabelecida quando entrei no mestrado. Foi durante o andamento de pesquisa que veio a ideia de transitar para os cursos de pós-graduações ao invés apenas dos cursos de graduação da universidade, como era a intenção inicial do projeto, e, foi com essa mudança que também veio a experiência de ter um colega de turma como interlocutor de pesquisa.

Foi também pelo grupo de pesquisa e extensão citado anteriormente que conheci o Oriel. Nesse período, nos vimos pessoalmente algumas vezes, mas por sermos de programas diferentes, nosso contato acaba sendo exclusivamente pelos encontros do grupo de pesquisa. No contexto em que nos conhecemos, Oriel, assim como o Benedito, não estava na condição de interlocutor desta pesquisa, mas devido a proximidade que adquirimos tivemos algumas trocas. Contudo, por sermos de programas e períodos de ingresso diferentes, não nos víamos sempre, além do fato de que ele morava em Ivaporanduva. Seu mestrado foi realizado no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, no qual defendeu sua dissertação em 2020.

Já o terceiro interlocutor desta pesquisa e quem conheci por último, foi o José Roberto. Ao fazer o levantamento para saber em quais programas havia discentes quilombolas, tive resposta do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, informando que havia dois estudantes quilombolas matriculados. Entrei em contato com os dois por e-mail contando sobre a minha pesquisa e perguntando se havia interesse da parte deles em conversar comigo e obtive uma resposta positiva de José.

Nosso primeiro contato se deu então por via do e-mail, depois trocamos nossos telefones e passamos a conversar pelo WhatsApp, até que marcamos

de conversar por vídeo chamada. Quando entrei em contato, ele estava em processo de finalização e entrega de sua dissertação e consequentemente com pouco tempo. Mantivemos o contato durante algum tempo e quando foi possível para ambos, marcamos de conversar por vídeo chamada e assim pude fazer uma entrevista com ele. Foi uma aproximação muito interessante, pois em diversos momentos em nossa conversa percebemos que havíamos passado por algumas situações semelhantes durante a nossa inserção no mestrado.

3.1. A territorialidade como ponto de partida

Comunidades quilombolas, geralmente estão intrinsecamente associadas às discussões referentes as lutas pelo território. É fato então, parte do processo de construção a identidade quilombola está diretamente relacionada ao território, sendo que cada território possui suas tradições e configurações locais. Particularidades que podem ser definidas, de acordo com Walsh (2009) como uma dimensão da colonialidade cosmogônica “que se relaciona à força vital-mágico-espiritual da existência das comunidades afrodescendentes e indígenas, cada uma com suas particularidades históricas” (WALSH, 2009, p. 15). E foi partindo desses lócus, do território, que todas as narrativas se iniciaram.

É partindo do seu território que Oriel começa a se apresentar. Enquanto quilombola que conseguiu ingressar na universidade e também enquanto um quilombola que vive no quilombo e que a partir dali, viu o mundo.

O quilombo Ivaporanduva está localizado no município de Eldorado em São Paulo e o território é cortado pelo rio Ribeira e um dos mais estudados por ser justamente um dos primeiros quilombos do estado de São Paulo. De acordo com sua narrativa sobre a história da comunidade, quando houve a ocupação dos portugueses na região, foi pelo Rio Ribeira que eles passaram em busca de ouro.

Nos contos e histórias envolvendo a comunidade há dois fatos que são sempre lembrados e passados através da história oral, o primeiro deles sendo o fato de que já entre os séculos XVI e XVII havia edificações, como por exemplo igrejas, na comunidade. Outro fato que também foi lembrado por Oriel, foi o de que houve muitas brigas entre os antigos senhores de terras e brigas relacionadas à resistência das pessoas negras em não serem escravizadas:

Então, se perguntarem aqui na comunidade: você é descendente de escravo? as pessoas não vão lembrar porque o tempo da escravidão é muito antigo. Então para você ter ideia, antes de abolição, essas coisas, aqui eles já estavam libertos, já tinham conquistado a liberdade então não há o porquê da lembrança da escravidão (Oriel Rodrigues, 2021).

Já nos anos 70, estradas começaram a ser feitas e a integração da comunidade aos outros centros urbanos foi facilitada. Na narrativa que é contada

sobre a comunidade, a mesma era conhecida como uma comunidade negra no meio de um matagal e que tinha um determinado tipo de organização. Devido a esse isolamento que a comunidade passou durante o período que o acesso era difícil foram criados jeitos próprios de se organizar no território, formando assim um tipo específico de organização que ali fazia sentido.

A narrativa do Benedito começou por contar a história de sua comunidade. O Quilombo João Surá fica localizado à margem do Rio Pardo, no município de Adrianópolis, no Estado do Paraná. Na narrativa que envolve o contexto de formação do território, conta-se que o mesmo:

se originou através de povos originários, de povos indígenas que já viviam aqui na região e de certa forma fugiam também da exploração. O litoral sendo tomado pela exploração de ouro na época e também pessoas negras buscando a sua liberdade, tudo vinha pra esta região fugindo do trabalho forçado da escravidão (Benedito Florindo, 2020).

O surgimento de comunidades como consequência de uma fuga do trabalho forçado é recorrente na historiografia referente a quilombos no Brasil. A partir da busca por independência, a organização do território passou então a se constituir e as pessoas passaram também a criar um jeito próprio de viver. Na narrativa sobre a comunidade, Benedito conta que as pessoas que ali viviam, vendiam farinha, milho, criavam suínos e o meio de transporte principal era pelo rio e foi nesse contexto e com tais recursos que foram criando suas formas de viver e independência.

Para ele, a comunidade já possuía uma identidade quilombola, devido a sua forma de organização que foi sendo constituída ao longo do tempo, assim como também à cosmovisão que se formou naquele território.

Entretanto, na perspectiva de Benedito, há um momento em que a identidade e também concepção de comunidade de negros organizada em busca de liberdade acaba se perdendo. Isso ocorre quando o Estado chega com a ideia de progresso e desenvolvimento para a comunidade, que já possuía seu modo próprio de organização e de fazer a divisão de terras.

Se considerarmos que foi somente em 2003, a partir do decreto 4.887, que houve uma série de regulamentações aprovadas para a emissão dos títulos das comunidades quilombolas, é muito óbvio que as comunidades procuraram

formas diferentes de organização, de divisão de terras antes da entrada do Estado.

E quando o Estado veio, ele fez uma bagunça, o Incra que me refiro nas divisões de terra. Aonde ele pegava, dividia 20 alqueires de terra para minha família, vinte alqueires de terra para a família vizinha. Só que, esse outro alqueire para a família vizinha já pertencia muitas vezes para minha família ou para outra família. Então aconteceu uma desorganização desse jeito, e na época também essa região pertencia ao estado de São Paulo, então muitas famílias ficaram sem espaço quando o Estado veio, a partir dos anos 70 aqui já era Paraná mesmo, igual é hoje. Mas só que essas famílias estavam antes, então eles pegaram essas famílias que já viviam séculos aqui e transportaram para o estado de São Paulo, separando essas famílias (Benedito Florindo, 2020).

Por conta disso, houve famílias do João Surá que tiveram de se separar, indo para uma outra comunidade vizinha, porém pertencente ao estado de São Paulo.

Próximo da comunidade, há o Parque Estadual das Lauráceas, com aproximadamente 32 mil hectares, sendo considerado a maior unidade de conservação do estado do Paraná. Entretanto, com a criação do parque, muitas famílias foram obrigadas a se retirar de localidades que já habitavam antes de sua chegada e dessa forma, uma parte da comunidade foi empurrada mais para a beira do rio.

Há ainda presente na narrativa a denúncia de que durante o processo de regulamentação, o órgão responsável, neste caso o Incra, quando definiu que uma parte da comunidade ficaria no Estado de São Paulo, também concedeu espaços de terras para seus funcionários, agindo assim de forma extremamente desleal.

Quando Benedito diz que com esse processo houve uma perda da identidade, foi porque, com isso, também se iniciou um processo de melhoria das estradas próximas e a entrada de fazendeiros para a região. Com essa entrada, o que aconteceu foi que com o tempo, muitas pessoas acabaram indo trabalhar para os fazendeiros e deixando a comunidade, muitas dessas pessoas que acabaram perdendo suas moradias no território com o processo de demarcação.

A narrativa do José, assim como a do Benedito, também começou por contar a história de sua comunidade, o Quilombo Brotas. Este, se encontra localizado no município de Itatiba, no Estado de São Paulo e é considerado como o único quilombo urbano reconhecido no Estado.

No século XIX o território onde se encontra a comunidade hoje pertencia a um casal, formado por um português chamado Francisco José Rodrigues e uma indígena, Rita Rodrigues. Conta-se que eles eram comerciantes e acabavam não passando muito tempo no local. Um dia, chegou ali um homem negro e provavelmente fugido, chamado Negro Brotas. Com o tempo, o local passou a ser considerado como uma das rotas de fuga da região, em que pessoas em situação de escravização, quando fugiam, paravam e ficavam por ali e Negro Brotas se tornou-se então, uma espécie de liderança.

Conta-se também que alguns chegavam ali feridos e Rita Rodrigues cuidava e tratava deles. Na época, houve duas tentativas das autoridades de acabar com aquele território, em 1882 e 1886. José narra, que nesses conflitos, foram enviados soldados, mas que ainda hoje não se tem muito conhecimento sobre o que de fato aconteceu, mas esse quilombo continuou existindo até 1888 até que então uma boa parte do território passou a ser vendido.

Uma parte em que havia um barracão, foi vendido para os ancestrais de José, mais especificamente seu tetravô Isaac Modesto de Lima e sua tetravó Emília Gomes de Lima, sendo estes negros que nasceram na condição de escravizados e quando ficaram livres, faziam parte de grupos de negros que auxiliavam nas fugas de outros escravizados. Emília, até onde se sabe, nasceu em uma fazenda do interior do Vale do Paraíba. O casal, quando livres faziam parte desses grupos que auxiliavam as fugas, então, algumas histórias que envolvem esse fato foram passadas.

Conta-se que uma das filhas do casal, trisavó de José, narrava que quando era criança quando alguns negros se reuniam na fazenda onde viviam e ficavam fazendo conversas, contudo, quando a dona da fazenda aparecia perguntava às crianças o que os adultos conversavam, sem saber que os pais já os alertavam de que não podiam contar certas coisas.

Ao passar dos anos, esse casal ficou nesse terreno, pagaram pela propriedade e desde então a família de José vive nesse território.

Ele (o território) foi por muito tempo um quilombo no sentido de local de fuga da escravidão, naquele sentido clássico que normalmente nós conhecemos, mas depois ele se tornou um quilombo num sentido contemporâneo de comunidade rural negra. “A minha família está lá desde então, foram várias gerações que foram ficando lá.” (José Roberto, 2021).

Ainda naquele contexto, José conta que o quilombo era um espaço de refúgio em que as pessoas podiam fazer coisas que naquela época eram proibidas, como cantar sambas, realizar práticas de matrizes africanas, festas, etc. Já em meados da década de 1990 a região começou a ser urbanizada, e com isso iniciou-se uma certa expansão urbana e bairros começaram a ser construídos ao redor do quilombo. Devido a isso, juridicamente, por questões do município, parte dele fica dentro do período considerado urbano.

Em 23 de março de 2003 a comunidade conseguiu o reconhecimento oficial do território e foi considerado como quilombo urbano, contudo, quando se adentra no território, tem-se uma área de mata e há estradas de terra. José também conta, que o quilombo Brotas foi o primeiro quilombo urbano a ser reconhecido no Brasil, mas diferente de outros, ainda não foi titulado, mas atualmente estão próximos da titulação.

3.2. Narrativas educacionais

Foi em meados dos anos 80 que Oriel começou a se integrar nos movimentos e lutas sociais. O interesse nas lutas, contudo, veio de muito antes quando ainda criança já acompanhava Nizete, sua mãe, em reuniões das quais participava por ser uma liderança na comunidade. Também foi nesse período, com dez anos de idade, que ingressou na escola e esse início foi marcado principalmente pela diferença de idade em relação às outras crianças, que em sua maioria eram cerca de quatro anos mais novas que Oriel. Para além da diferença com as outras crianças, havia também o desafio de chegar à escola, que ficava em outro distrito e para isso, era necessário atravessar o rio, pois naquele período não havia estrada ou ponte que ligava o rio de um lado ao outro, às vezes sendo até mesmo necessário que se atravessasse nadando. Com essas dificuldades, Oriel conta que foram poucas pessoas que chegaram até o final do ensino médio.

Eu fiz um curso técnico em contabilidade e depois sempre tive o sonho de entrar na universidade, então sempre persegui esse sonho. As oportunidades não eram favoráveis para que eu pudesse entrar (Oriel Rodrigues, 2021)

Na busca de concretizar esse sonho, após terminar o ensino médio, Oriel parte para São Paulo e ingressa em um curso pré-vestibular numa das primeiras turmas do Núcleo de Consciência Negra da USP. Contudo, não havendo condições de se manter na cidade, acabou não conseguindo finalizar o curso, mas mesmo assim tentou fazer a prova do vestibular. Não tendo conseguido passar e nem continuar em São Paulo, foi para Sorocaba, onde passou a morar com uma tia e iniciou um outro cursinho, dessa vez trabalhando como monitor no mesmo durante o dia e assistindo as aulas durante a noite. Novamente, porém, não conseguiu ingressar na universidade pública nessa tentativa. Ainda nesse mesmo período, o envolvimento nos movimentos sociais começa a se desenvolver, passando a ser algo de fato presente em sua vida, começando então a viajar e conhecer outros quilombos pelo Brasil e também estando presente da direção do Movimento dos Atingidos por Barragens e na Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos.

Em 1999, ingressou como bolsista no curso de Direito e alguns anos depois, em 2003, quando ainda nem era formado, mas já era uma referência nas lutas sociais, foi indicado pelos movimentos sociais para ser um dos componentes quilombolas e ajudar como advogado dos quilombolas na elaboração do decreto 4887/03, que tem como finalidade regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas.

Depois disso, eu fiquei conhecido como o quilombola e advogado que trazia direito para as comunidades quilombolas, então no Brasil afora eu tive essas oportunidades, mas também, a luta de movimento social te dá a oportunidade pra você ver outras coisas. Aí eu fui para outros países, em Sul da América, na Europa eu também fui e estive até em Genebra, estive até falando na ONU. Então, isso para um quilombola... sair de uma comunidade onde eu estou e ir falar na ONU já é muito importante né... (Oriel Rodrigues, 2021).

Essas experiências trouxeram uma compreensão muito grande na trajetória do Oriel no que diz respeito ao conhecimento sobre as diferentes realidades das comunidades quilombolas no Brasil.

No quinto ano da faculdade, a mesma precisou ser trancada por questões de saúde em sua família e gerou também uma frustração tamanha com relação ao meio acadêmico, principalmente porque nesse momento mesmo que ainda sem possuir o título já era conhecido de alguma forma como advogado quilombola, então isso acabava gerando um conflito identitário.

Esse ciclo se encerrou quando, em 2010, ingressou para o curso de direito na PUC-PR. Com o aproveitamento de boa parte das disciplinas que já havia cursado anteriormente, termina o curso em 2014. Ao narrar esse longo percurso na academia, Oriel relatou ter sentido bastante dificuldades. Uma delas foi em relação à carga de leitura do curso, que sentia ser muito segmentado, além de sentir que precisava estudar duas vezes mais do que os outros alunos, que já possuíam uma certa bagagem anterior:

Eu tinha que estudar para que eu pudesse saber um pouco do que eles estavam falando, estudar um pouco minha bagagem de leitura que eu tinha pouco, mas também eu tinha um diferencial. Eu falava de coisas que eles não entendiam também, pois enquanto no curso de direito o pessoal tava falando que o advogado tinha que estar lá em Brasília, tinha que falar no supremo... eu já tava lá. Eu já estava na correria, entregando memorial, então eu já sabia como era a rotina no supremo

tribunal, então eu tinha experiências que os professores as vezes não tinham (Oriél Rodrigues, 2021).

Durante essa trajetória algo que ocorreu lá no ensino fundamental voltou a se repetir, que foi a diferença de idade. No curso de direito, principalmente na faculdade em que se graduou, a maioria dos estudantes eram muito novos e em sua maioria brancos também. Então, quando surgia alguma temática relacionada à questão racial era a ele que os professores se dirigiam, visto que não tinham noção do que eram quilombos e do debate racial.

Eu fiz uma trajetória dentro da PUC nesses debates, participando de congressos de todas as coisas dentro da universidade para falar de direito porque numa faculdade reconhecida, uma das melhores do país, não se falava em direitos dos povos indígenas e quilombolas. Então, a minha trajetória na universidade foi muito de falar que nós existimos e que nós estamos em algum lugar, então isso é um desafio sem igual para quem entra na academia (Oriél Rodrigues, 2021).

Pouco antes mesmo de terminar o curso já havia conseguido passar no exame da OAB e isso é lembrado com bastante orgulho. Com relação à pós-graduação, sua primeira tentativa foi a de ingressar na mesma faculdade em que se graduou, mas devido algumas dificuldades com o exame de proficiência, não conseguiu passar.

Contudo, conseguiu ingressar no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente de Desenvolvimento, no qual defendeu sua dissertação em 2020, com o título de "Quilombo Ivaporunduva: O Caminho da Gestão Territorial como Perspectiva de Re-existência e do Bem Viver". A experiência do mestrado foi narrada como bastante positiva por ser um programa que em sua própria estrutura já trabalha com temáticas que lhe eram familiares, como movimentos sociais, questões territoriais, entre outros. O estranhamento que ocorreu, foi o de ser o primeiro quilombola a ingressar no programa.

Em sua pesquisa, teve como principal objetivo mostrar que os quilombos, em específico o quilombo de onde o mesmo veio, têm processos de autonomia de seus territórios e uma de suas principais preocupações foi também a de escrever de forma que quando fizesse uma devolutiva do trabalho para a comunidade o entendimento do texto fosse fácil para todo mundo. Outra coisa positiva que relata ter encontrado no processo do mestrado foi o fato de ter sido orientado por uma orientadora que já trabalhava com a temática quilombola.

Ao narrar sobre o começo de sua trajetória educacional, Benedito conta que seu pai era professor do ensino primário e que por isso tinha aula na sala de sua casa com seus irmãos e estudaram até a quarta série. Depois disso, ficaram por dois anos sem estudar, até que a prefeitura construiu uma escola perto de sua casa. Quando a escola abriu, ele narra de forma divertida que seu pai chegou a ir até a secretaria de educação pedindo para que Benedito pudesse fazer novamente a quarta série apenas para que pudesse frequentar a escola e continuar estudando.

Para continuar a estudar, contudo, teve de ir para outra cidade cerca de 25 km de distância de sua comunidade e passou um ano e meio morando na casa de um parente. Quando voltou para casa, algumas de suas irmãs já haviam saído de casa para trabalhar e Benedito passou então a trabalhar na roça para ajudar a família. Nesse período havia uma escola, que hoje em dia inclusive é uma escola de educação do campo, em Porto Novo, também a 25km de distância do João Surá, mas nesse contexto essa distância passou a ser percorrida todos os dias.

Cerca de 15 estudantes se reuniam, alguns utilizavam bicicletas ou cavalos como meio de transporte e outros faziam uma caminhada de 15 km a pé até o local onde embarcavam no ônibus.

Eu saia aqui de onde tô falando com você às 13 horas da tarde, ia pro ponto de ônibus, aí só embarcava às 17h e de lá eu retornava e chegava aqui 1h30, 2h da manhã (Benedito Florindo, 2020).

Um ano depois, porém, a prefeitura conseguiu alugar um meio de transporte, o que facilitou a locomoção e foi dessa forma que conseguiram finalizar o ensino fundamental em 1997. Para concluir o ensino médio, que também foi feito em outra cidade, precisou trabalhar numa chácara ajudando na produção de aguardente. Quando terminou, voltou para a comunidade e passou a ajudar os pais, porém, sem saber muito bem o que fazer. Naquele momento, o poder público havia abandonado a comunidade e os fazendeiros cresciam cada vez mais.

Uma parte do território que pertencia a um fazendeiro local foi vendida para uma empresa produtora de pinus e estavam procurando pessoas para trabalharem. E foi lá que Benedito trabalhou por alguns anos. Entretanto, sempre

passava pela sua cabeça a ideia de que gostaria de voltar a estudar, principalmente porque compreendia o quanto isso era importante para seu pai, que apesar do pouco estudo era bem-informado, conversava com as pessoas sobre as situações pelas quais passavam e acreditava na importância da educação.

Benedito conta que sua vontade de estudar, para além de seu pai, vinha também como forma de tentar entender o que se passava no território em que ele vivia. Ao mesmo tempo em que o discurso era que de todo jovem deveria estudar ele sentia que eram ignorados de toda forma. No trabalho, não só ele, como as outras pessoas que estavam ali, eram chamados de burros pelo patrão. E quanto mais as situações no trabalho se agravavam, chegando ao ponto de ter de lidar com colegas de trabalho desmaiando com o calor forte e tantas outras situações que poderiam ser consideradas análogas à escravidão, mais a necessidade de sair daquelas circunstâncias aumentava.

Um dia um colega meu, ele me disse assim: "olha, tá saindo um curso a distância em Adrianópolis e a minha esposa vai fazer". Era de pedagogia, naquela época tinha condições já. Era pouco, mas dava pra pagar uma mensalidade. Mas fiquei pensando... "eu nem sei o que é isso", mas vou tentar fazer esse curso (Benedito Florindo, 2020).

Com isso, no ano de 2009, Benedito entrou para o curso de pedagogia à distância, em Adrianópolis e iniciou sua trajetória acadêmica.

E lá eu comecei, mesmo sendo a distância, ali eu comecei a entender o que é a gente tentar compreender a sociedade e de que forma poder ajudar, então lembrei muito do meu pai, do trabalho que ele fazia e ali eu comecei a buscar o que hoje a gente chama de referência para aquilo que eu tinha dentro de mim na verdade, e ali foi muito bom, foi maravilhoso (Benedito Florindo, 2020).

É comum, em narrativas de vida, aparecer pessoas que são referências, principalmente no que diz respeito à trajetória educacional, geralmente essa pessoa é um professor ou professora e no caso de Benedito, essa pessoa é seu pai e que em certo momento de sua vida foi também seu professor.

No período da graduação, ainda trabalhando com plantação de pinus, a rotina e a logística de conciliação do trabalho com estudo foi bastante difícil. As aulas aconteciam nas terças feiras, uma vez por semana e durante um bom

tempo a rotina era sair pela manhã de casa, ficar no trabalho e depois ir para a faculdade. Lá, pegava uma carona com um encarregado do trabalho, dormia num alojamento e no outro dia retornava para trabalhar, passava o dia lá e só depois retornava tarde para casa. Um tempo depois já não havia mais a carona e devido a algumas mudanças no trabalho, acabou se despedindo do mesmo.

Havia um ônibus da prefeitura que fazia o trajeto de Porto Novo até Adrianópolis, mas para que pudesse utilizá-lo precisava de uma autorização concedida pela prefeitura. Quando foi até lá para pedi-la, a secretária ofereceu-lhe uma vaga de estagiário para que ajudasse uma professora em sala de aula e com isso, receberia uma bolsa para realizar a atividade. Em 2012 esse ciclo se finda e inicia-se um novo. Essa nova etapa se inicia com a entrada de Benedito como pedagogo no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos.

Durante a entrevista, conversamos sobre a educação enquanto forma de fortalecimento da identidade quilombola e em relação a isso a experiência no Diogo Ramos trouxe uma compreensão maior da força da educação e como ela fortalece também a comunidade. Foi na comunidade também que se sentiu acolhido quando suas indagações eram respondidas com ignorância por pessoas de fora.

Em 2015, Benedito ingressou no curso de licenciatura em Ciências da Natureza e Educação do Campo, onde se formou em 2019. Segundo ele. O curso complementou muitas das coisas que ele já vinha trabalhando ao longo de sua formação e também na escola, ampliou também sua percepção em relação à educação escolar quilombola e à educação do campo, então foi de fato um enorme aprendizado em sua trajetória.

Como antes a gente não tinha condições de fazer um ensino médio, as pessoas diziam que a gente não conseguia fazer uma graduação a distância, eu achava que ali era o limite, sabe? (Benedito Florindo, 2020).

Esse limite, sobre o qual Benedito fala, foi ultrapassado, quando em 2017 o Curso de Formação Pré-Acadêmica (PRÉ-PÓS Quilombola) promovido pelo NEAB da UFPR, em parceria com o Grupo de Pesquisa e Extensão Joana de Andrade e Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, iniciou as atividades na Comunidade Quilombola João Surá com o intuito de auxiliar no preparo dos interessados para ingresso à pós-graduação. Foi a partir dessa experiência que

a vontade de ir além do que acreditava ser o limite surgiu e Benedito se inscreveu no edital de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação em 2018, ingressando no ano seguinte e com isso também, nossos caminhos são cruzados.

A pós-graduação pra mim, é como você subir do alto de um morro, de uma serra, ou você subir no último andar de um prédio, aí você percebe que não tem limite, você vai descobrir... vai ter uma outra visão do horizonte e vai descobrir outras coisas que você não sabia.

Então, se na graduação, no meu trabalho eu descobri o porquê que eu era negro, que eu era desprezado e minha comunidade era usada, na pós-graduação eu tô descobrindo a raiz desse problema que não é só aqui, que ele veio de longe e chegou até aqui...é como se fosse essa pandemia que nós estamos vivendo agora, ela dominou tudo e a gente era e é refém disso, então é isso, me veio dessa forma.

Isso dá mais entusiasmo ainda né, de seguir mesmo com todas essas limitações, de fazer validar tudo isso através de uma escrita acadêmica, mas a vontade de mergulhar cada vez mais é maior, sabe?

Então a pós-graduação tá sendo isso pra mim... e descobrir outras pessoas que vivem na mesma situação minha, pessoas legais, descobrir que no centro de Curitiba, que é uma cidade bastante preconceituosa, branca, que tem pessoas também de dentro que tão pesquisando isso né, colegas que nós tivemos lá do Acre, você inclusive que é do Espírito Santo, bastante jovem ainda, então, isso é coisa que traz pra mim, Helena, que me motiva muito, sabe? (Benedito Florindo, 2020).

A narrativa acadêmica de José se inicia quando ingressa, pelo Prouni, na graduação em licenciatura em História e durante esse período saiu do quilombo e foi morar em São Paulo. A experiência de viver em São Paulo foi desafiadora, em suas palavras: "São Paulo é bom porque tem de tudo e é ruim porque tem de tudo". Na graduação, sua turma era formada em sua maioria por pessoas um pouco mais velhas, pouquíssimas eram as que haviam acabado de sair do ensino médio e ingressado logo em seguida na faculdade.

Quando se formou, voltou para sua cidade e ficou cerca de um ano sem exercer a profissão, pois não havia encontrado oportunidade de lecionar, contudo, já estava começando a pensar sobre a possibilidade de ingressar num mestrado.

A antropologia surgiu como opção devido ao seu próprio interesse de querer descobrir algumas coisas dentro dessa área que já lhe despertava algum interesse. Mas foi por meio de duas pessoas que eram da UFPR e estavam fazendo pesquisa em sua comunidade, em 2017, que ficou sabendo que havia

um edital aberto e que nesse edital havia vagas para quilombolas, o que despertou então maior interesse.

Após ingressar no mestrado, um ano depois, foi morar em Curitiba e passou um ano vivendo na cidade. Em sua opinião, a nova cidade foi mais desafiadora que São Paulo, por ter ido sem conhecer nada, além das histórias que havia escutado sobre ser uma cidade em que haveria bastante racismo, dentre outras coisas. No que diz respeito a isso, percebemos que nossa experiência inicial foi bastante parecida já que ambos viemos para uma cidade nova fazer mestrado mesmo sem conhecer muito do lugar e também viemos com perspectivas diferentes. Para ele, estar na cidade:

Me fez pensar muitas questões não só minhas, mas assim, em relação à sociedade brasileira, a forma como as pessoas tratam mulheres. Assim, eu acabei entrando num choque com certas questões" (José Roberto, 2021).

Ser quilombola e estar na Antropologia, uma área que é bastante conhecida por estudar populações tradicionais, por possuir até linhas de pesquisas específicas sobre essa temática, acabou gerando alguns questionamentos.

Segundo José, alguns quilombolas, negros, indígenas quando ingressam em algumas áreas ou fazem parte de algumas discussões, começam a se questionar se estão ali sendo objetos de estudos ou se as pessoas realmente os levam a sério. Foi muito interessante que essa fala surgiu durante a nossa conversa, porque na elaboração deste projeto essa foi uma questão que eu pensei, sobre como deveria ser para um quilombola ingressar por exemplo na antropologia, área conhecida e renomada pelas pesquisas envolvendo quilombos e quilombolas.

Esse questionamento, acabava virando assunto entre alguns colegas negros, não apenas de sua turma, como de outras, o quanto eram levados a sério, o quanto eram objetos de estudo de outras pessoas. José conta que também era sentida uma certa desconfiança das pessoas se eles iriam conseguir levar o mestrado a sério e/ou serem acadêmicos, questionamentos que certamente eram direcionados apenas a esse grupo restrito de estudantes.

Outro incômodo também gerado foi do fato de que muitas vezes as pessoas esperam que enquanto na posição de acadêmico, os trabalhos produzidos deviam ser apenas de produzir material, como se apenas dizer como

as pessoas da própria comunidade vivem, comem, sem necessariamente ter uma base teórica, como se isso apenas bastasse, deixando a reflexão para outros acadêmicos. Tal forma de ver o outro, é bastante significativa considerando que o interlocutor está inserido num programa de Antropologia, que já deveria ter superado essas questões ao que diz respeito a ver o outro apenas como objeto de estudo ou de forma folclorizada.

Ainda que essas problemáticas tenham surgido, uma das vantagens de estar na Antropologia era que o debate e o respeito à diversidade eram bem presentes nas discussões, então mesmo que tenha havido dúvidas sobre o seu papel ali, nunca houve situações em que se sentiu deslegitimado.

Em relação a sua própria pesquisa, o interlocutor me contou que no trabalho, quis entender melhor sobre o fenômeno quilombola trabalhando a partir de sua comunidade. Até o momento, havia alguns trabalhos produzidos sobre a comunidade, mas não havia ninguém ainda da própria comunidade a pesquisando, então sua pesquisa foi pioneira nesse sentido.

Eu não queria produzir algo para ser apenas uma curiosidade.... Assim, eu sei que não é só uma questão de curiosidade [...] porque eu sei que as pessoas da área da antropologia, porque eu também tenho isso, a gente tem paixão de ver novas comunidades e aprender sobre coisas diferentes, mas eu não queria só produzir um material... e aí vai ficar lá na estante, eu ganho um título novo e só isso. Não. Eu queria que quilombolas também pudessem ler, outras pessoas pudessem ler e refletir sobre a comunidade deles e sobre o fenômeno dos quilombos. [...] A gente tá num momento político que a gente precisa ter armas para conseguir combater... inclusive, porque teve essa necessidade do termo ser chamado de remanescente? Porque você tem toda essa idealização sobre o que é quilombo e que às vezes entram em conflito com essas comunidades contemporâneas e aí as pessoas ficam usando isso para tentar deslegitimar (José Roberto, 2021).

Na pesquisa, também teve a intenção de trabalhar algumas questões que não tinham sido abordadas até então, assim como também pegar algumas questões que já tinham sido trabalhadas e colocar sobre uma outra perspectiva. É interessante aqui, que quando José menciona que houve algumas questões que ele não trabalhou em sua pesquisa, voltamos às questões mencionadas anteriormente sobre o que é esperado da produção de um quilombola.

Nesse contexto, sua comunidade estava vivenciando um conflito, que dificultava de sua parte um olhar mais completo sobre.

Teve até pessoas que sugeriram, mais de uma pessoa disse pra mim: "ah, mas esse conflito é meio que um prato cheio". Só que pra mim, aquilo não era um prato cheio, porque eu estava lidando com pessoas que são meus parentes, eu convivo com essas pessoas, eu cresci com essas pessoas. Pra mim, aquilo era um problema que tinha que se resolver e era um conflito que eu estava envolvido porque eu sou parte da comunidade, eu convivo ali. Então, esse problema eu tava querendo resolver, eu não tava querendo ficar analisando e isso pra mim volta naquela questão. Poxa, a minha família tá com um problema e eu vou ficar preocupado em detalhar? (José Roberto, 2021).

A maior vontade então, na sua dissertação, foi de tentar entender alguns fenômenos relacionados ao quilombo e não apenas produzir um material. Nesse processo, começou a refletir ou repensar sobre coisas que já refletiam ao longo de alguns anos por conta de sua experiência, de coisas que havia visto em sua comunidade, em outras comunidades que havia visitado, passou a refletir mais sobre as representações sociais sobre quilombos.

Na sua dissertação, ao analisar alguns fatos históricos da comunidade, José acabou percebendo que havia uma imagem que foi constituída sobre sua comunidade a partir de um trabalho produzido há alguns anos atrás que dizia que sua comunidade era matriarcal e isso passou a ser um fato conhecido. Porém, ao estudar melhor sobre as histórias contadas, pôde analisar que não era bem essa a situação.

Tal fato, me fez refletir sobre algumas questões que abordei na introdução deste trabalho e sobre a relevância que as pesquisas feitas nesses territórios possuem, visto que no caso da comunidade do interlocutor, as narrativas contadas por alguns pesquisadores foram consolidadas, gerando uma narrativa errônea sobre a história de sua comunidade.

Na minha comunidade foi levantado era um matriarcado. Isso foi uma forma de pensamento que começou a partir do trabalho de uma pesquisa que foi feita em 2004 e a partir disso, as pessoas começaram a enxergar isso. E aí nos meus estudos eu via que não era exatamente um matriarcado.

Usaram o fato que teve uma líder que no caso a minha trisavó Amélia, ela é uma figura de referência na comunidade, é a partir dela que nós... ela é a referência para você saber a questão familiar. Então ela é o ponto de referência, tipo: "você é quem de vó Amélia? tipo: ah, eu sou filho de fulano, que é filho de ciclano, que é filho de beltrano, que chega até ela".

Então, é por meio dela. Até as pessoas que vieram antes dela, eles são referendados a partir dela e ela teve uma grande relevância na comunidade, as histórias dela que são lembradas bastante (José Roberto, 2021).

O que José foi percebendo ao pesquisar sobre esse fato em sua comunidade, é que em suas tradições eram sempre os velhos que ocupavam a posição de liderança. Não liderança num sentido político, mas muito mais de referência.

Quando Amélia partiu, em 1974, quem ficava muitas vezes responsável pela comunidade era seu bisavô. Depois de seu bisavô, foi o irmão mais velho dele, o Bento. Normalmente as pessoas iam se consultar com ele, como faziam com a mãe deles. Quando eles faleceram quem ficou foi a irmã deles, que é a Lula, era uma mãe de santo e tinha uma certa relevância até no município.

Então, o que eu fui notando era que quando você vai vendo a história da comunidade, você vai vendo que em diferentes momentos você tem uma pessoa que é referência e normalmente é o mais velho. Nas decisões mais importantes, geralmente reuniam-se todo mundo ou boa parte dos parentes (José Roberto, 2021).

Então, a partir dessas histórias, muitas das pessoas que iam até a comunidade criaram esses discursos, de que ela era "a frente de seu tempo", que "ela era feminista" que na verdade são interpretações contemporâneas, na percepção de José.

Só que assim, eu coloco no meu trabalho que ela não era uma pessoa à frente de seu tempo, ela era fruta de seu tempo. Quando você vai olhando a Vó Amélia, na época que ela casou, no casamento dela em 1897 os negros não podiam casar de sapato, ela foi lá e casou de sapato, ela confrontou. Teve pessoas que não quiseram que os filhos estudassem em escolas porque eles eram negros, ela foi lá e confrontou, ela não gostava dessas questões, mas não porque ela era uma pessoa à frente do seu tempo, porque já tinha muita gente da época que questionava o racismo.

Ela também questionava a ideia de que os homens são melhores que as mulheres, que as mulheres deveriam ser submissas aos homens, ela falava que se o casamento não desse certo você não tinha que ficar com o homem por causa disso.... Ela falava que tudo que um homem fazia ela também podia, mas não é que ela era à frente de seu tempo. O que acontece é que hoje essas questões são mais aceitas e mais valorizadas. Por exemplo, os pais dela, eram membros de movimentos de libertação de negros, então ela, criada por essas pessoas, muito provavelmente não iria se sujeitar a essas ideias de que os negros tinham de ficar submissos, então ela era fruto do meio dela e muitos negros na época questionavam essas injustiças, inclusive muitas mulheres.

Nós costumamos achar que as pessoas que viviam no século XIX eram mais burras ou mais atrasadas ou coisas desse tipo, então nós achamos isso. Mas não era assim, muita gente questionava, quando você começa a estudar essas questões você vê que os negros não foram submissos. Na história da escravidão... eu fiz muito estudo sobre história dos quilombos, da resistência negra, aquilo que o Clóvis Moura

chamava de quilombagem, que era movimento de liberdade dos negros ele era incrível, fantástico! Um movimento de resistência da população negra muito grande, as rebeliões, as formas como eles se organizavam, eu estudei muito sobre isso (José Roberto, 2021).

Ao narrar sobre como percebe a concepção de quilombo por meio das outras pessoas, José narra que é muito comum ainda relacionarem quilombos apenas a escravização, ao ponto de presenciar não só em sua comunidade como em várias outras das quais já visou, as pessoas chegarem e perguntarem onde é que fica a senzala, no território.

É notável e interessante, na narrativa de José o quanto nesse processo do mestrado ele conseguiu se aprofundar não apenas sobre questões históricas sobre formações de quilombos no Brasil, como compreendeu e até pode recontar sob sua própria perspectiva histórias que foram contadas por outras pessoas não apenas sobre seu território como sobre seus antepassados.

3.3. A Permanência na Universidade: desafios e percepções dos interlocutores

Então, eu falando pra você esses desafios pra que você, quando for relatar, veja que a permanência dos quilombolas não foi enfrentada de maneira gratuita, que tem toda uma luta por trás (Oriel Rogrigues, 2021).

A narrativa do Oriel trouxe uma perspectiva de coletividade muito grande. Como uma pessoa de bastante importância para o movimento e luta quilombola, faz muito sentido que em sua narrativa seja demonstrada uma preocupação em relação a trajetórias de outras pessoas negras e quilombolas na universidade. Em nossa conversa, começou por narrar sua participação e contribuição no processo de implementação da educação escolar quilombola no estado de São Paulo. Tal fato, é narrado por ele como sendo uma das maiores lutas. Garantir as diretrizes, foi um avanço enorme que possibilitou uma educação diferenciada para as comunidades quilombolas.

Alguns estados utilizaram as diretrizes já como se fosse modalidade de educação diferenciada. No caso o Paraná usou isso, no caso de outros estados, mas São Paulo não. São Paulo acha, pelo menos a deliberação do conselho estadual de educação, é que tem que ter uma categoria especial de educação, então não bastava as diretrizes que entrava no meio geral, mas dentro do estado tinha que ter uma modalidade de educação diferenciada. Assim como já existe no estado uma modalidade, que é a modalidade de educação indígena, então eles queriam que existisse uma modalidade de educação quilombola porque aí criaria um certo... como se fosse uma diretoria, algo que cuidasse só das escolas quilombolas, com professores quilombolas, com materiais didáticos quilombola. Isso dentro do conselho nacional de educação, a gente pautou e criou o conselho de educação quilombola. Então tem o conselho estadual de educação quilombola e dentro do conselho isso ainda acaba sendo a maior pauta porque nossos professores não conseguem dar aula na escola quilombola porque não tem a pontuação necessária porque aqui em SP é atribuição, então o professor que deu poucas aulas ou que formou agora, principalmente os quilombolas que foram de um tempo para cá, não conseguem ter pontuação necessária para dar aula. Então, o que acontece é que eles conseguem dar aulas em outras escolas, mas nas quilombolas não. Esse é um grande desafio que a gente tá passando nesses períodos (Oriel Rodrigues, 2021).

Foi no ano de 2013 que a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo nomeou cerca de 34 conselheiros para o primeiro conselho de educação escolar quilombola. Os conselheiros foram então, responsáveis por contribuir para a preservação da tradição cultural quilombola, assim como auxiliar na

implementação das diretrizes da educação escolar quilombola. A narrativa do Oriel, se faz importante por ser também a narrativa de alguém que esteve acompanhando de perto tais processos que podem ser considerados de grande importância para a luta quilombola.

Em sua comunidade, há uma escola que oferece o ensino fundamental e médio e atende cerca de seis comunidades do município de Eldorado. Nessa escola, Oriel conta que tem havido uma tentativa muito grande de incentivo para que os estudantes ingressem na universidade. Dessa escola, inclusive já saíram muitas pessoas que conseguiram ingressar na universidade.

Elas estão na universidade, porque quando teve a lei de cotas, a gente conseguiu também um auxílio permanência pra esses quilombolas se manterem na faculdade. Muitos deles pegaram esse recurso, compartilharam as casas e conseguiram terminar a faculdade. O que a gente não conseguiu, foi que essa bolsa fosse estendida para os institutos federais. Para que a bolsa seja concedida é necessário a auto declaração, juntamente com uma carta de anuência da comunidade, por conta de fraudes (Oriel Rodrigues, 2021).

A permanência de estudantes quilombolas na universidade é difícil e sem a implantação de políticas públicas voltadas para permanência essa dificuldade só aumenta, gerando muitas vezes o abandono da universidade. Foi nesse sentido, então, que essa ação foi pensada. Contudo, em sua fala, Oriel demonstra certa preocupação, visto que em breve o período de vigência da lei de cotas será terminado e se caso a ação afirmativa seja encerrada o auxílio também será finalizado.

Sua narrativa, relatando um pouco do percurso na implementação dessas políticas, veio num sentido de mostrar que tem havido um movimento de muita luta para que a população quilombola tenha um melhor acesso à Universidade.

De forma geral, a questão da pouca ou nenhuma referência, seja de outros quilombolas ou até mesmo no que diz respeito às bibliografias estudadas nos programas, é algo que apareceu nas narrativas dos três interlocutores.

Na narrativa do Oriel a falta de referência também foi um assunto de nossa conversa, mas diferente dos outros dois interlocutores, sua fala menciona também essa falta de referência dentro de uma universidade privada:

Olha, na PUC eu tive pouca referência sobre a questão quilombola. Primeiro porque o curso que eu fiz foi o curso de direito, então, no curso de direito não se fala sobre direito territoriais quilombolas. Por mais que

tenham professores de direito agrário e ambiental [...] Na parte constitucional, eu tive que puxar isso, vi que estava sozinho na universidade, poucos negros pra gente conversar. Na minha classe não tinha negros. Ai no quinto ano eu estudei com um negro e a gente conversou muito pouco também. Eu estudei na parte da manhã, não via um negro. Em outros cursos também quase não via, sabe, de manhã na PUC. Era só "piaçada" branca e não tinha nenhum negro. E eu lá estudando, sendo mais velho que os professores, me chamavam até de "tiozinho" na classe. Já na federal, eu acho que eu fui aceito um pouco mais pelo tema de quilombos. Eu acho que aproximou bastante a pauta também e aproximou bastante foi o grupo que acabou sendo criado dentro do programa mas fora do programa lá do PPG MADE (Oriél Rodrigues, 2021).

Para Oriél, o fato da idade foi uma diferença que, em sua percepção foi bastante notável, visto que muitas vezes sentia algum estranhamento por parte dos colegas de turma bem mais novos, assim como também relatou ter tido muitos professores bem mais novos que ele. Outra percepção abordada em sua narrativa, foi o distanciamento que estar imerso no meio acadêmico pode causar com o território:

E o que eu senti na universidade, é que eles tentam, de certa forma te levar para um ambiente aonde você esqueça de onde você é. Você tem que acabar seguindo o da universidade e esquece seu território, seu lugar de pertença, enfim, porque não dá tempo de você voltar pra casa muitas vezes. Muitas vezes você fica fora, dois, três, quatro meses sem poder ir pra casa, então por isso a relação com o território acaba sendo difícil. Se a pessoa não tiver os pés no chão, ela acaba por si só desistindo do curso e além de desistir a pessoa pode até criar outras coisas que não vai fortalecer o movimento, entrando numa vida de correria de trabalho pra se manter na faculdade e não dá pra dedicar tempo ao movimento e acaba se afastando de vez da luta. Então, isso já aconteceu e a gente luta pra que isso não aconteça com todos os quilombolas (Oriél Rodrigues, 2021).

A experiência da pós-graduação apresentou-se de forma bastante positiva na narrativa do Benedito. Quando eu perguntei se ele sentia que a vivência na pós-graduação dialogava com a sua realidade, de forma geral e em relação aos debates também, sua resposta foi que sim, dialogavam. A primeira disciplina optativa que fizemos juntos no primeiro período do mestrado intitulada Movimentos Sociais, Educação do Campo e Processos Educativos, ministrada pelas professoras Carolina dos Anjos de Borba e Sonia Fátima Schwendler discutia sobre educação, movimentos sociais e teoria decolonial.

Tanto para Benedito quanto para mim, foi uma disciplina muito importante e diferente das que havíamos tido durante a graduação. Nossa turma era formada por alguns colegas vindos de assentamentos e que tinham uma militância dentro do movimento dos trabalhadores rurais, alguns que

pesquisavam sobre a temática, uma colega pesquisava sobre faxinalenses e também havia algumas pessoas do Acre, que levavam para nós suas vivências lá. Então, foi bastante legal que essa tenha sido nossa primeira disciplina no programa, foi nela também que Benedito teve oportunidade de apresentar para a turma seu trabalho como pedagogo na Escola Estadual Quilombola Diogo Ramos, então houve muitas trocas positivas e em sua fala percebe-se o quanto foi uma experiência boa para ele em sua trajetória. Então, sobre as discussões trabalhadas envolverem temáticas como raça, gênero, diversidade muito isso se dá por conta da linha de pesquisa que estamos envolvidos, visto que essas discussões não se apresentam da mesma forma em outras linhas do programa.

Em sua relação com a universidade de forma geral, Benedito conta que sentiu estranhamento ao ingressar na universidade e sua resposta foi que sim, porque o quilombola dentro desse espaço é desconhecido, assim como os indígenas e outros povos minoritários.

Na sua narrativa, ele diz que acredita que o fato de haver pessoas na universidade que defendem uma causa, não significa que a universidade, portanto, está preparada para receber de fato essas diversidades.

Eu gosto da educação quilombola, fazia todo meu esforço ali mas eu sei que cometia bastante falha nesse querer fazer as coisas acontecer e na universidade também é assim... aquela questão de os professores olhar pra cada diversidade que tá ali, querer proporcionar o momento pra cada um expor a sua vivência pra que os outros fiquem conhecendo, isso daí a gente percebe com frequência, de querer saber mais, por exemplo como que é a relação de gênero dentro da universidade naquele espaço e do que como que é por exemplo para um quilombola estar na universidade como que é isso, então ainda isso é deixado de lado.

Na minha concepção, Helena... nós (a universidade) abrimos a oportunidade e eles (quilombolas/povos minoritários) estão aqui, eles tão aqui, mas ainda falta mais. Acho que na questão do currículo mesmo que tem que ser mudado para que essa diversidade seja contemplada onde inclui também os quilombolas, os ciganos, MST que já tem... já tem um currículo, mas só que eu não consegui ver, a não ser por parte de professores que são da militância e que estão ali dentro, mas o currículo, assim, parece que não contempla muito essa diversidade. [...] Isso a gente sente nessa linha de pesquisa que a gente tá fazendo, fico pensando e nas outras como que estão nesse sentido, de inclusão. (Benedito Florindo, 2020).

Concordamos que estamos inseridos em uma linha de pesquisa um tanto privilegiada por ter como foco as discussões sobre diversidades. Há, porém, que

nos questionarmos sobre quais são essas diversidades? Será que nelas também estão inclusos os quilombolas? Os indígenas? Os assentados do MST? A resposta para essa questão é que de forma minoritária, sim. Como está na fala do Benedito, essas discussões são trazidas por professores/as específicos/as que estudam elas e tentam levá-las aos outros e ao resto do programa.

Já em relação aos estudos, José sentiu um pouco de dificuldade, primeiro por ter vindo de uma área diferente e ter de aprender novos conceitos, o ritmo de estudo também acabou sendo afetado e também foi uma questão que precisou ser adaptada, fora a dificuldade financeira que também passou durante esse período. Sobre o ritmo do estudo, ele contou que tinha o hábito de estudar pela manhã e à tarde ir para aula, porém em determinado período teve bastante dificuldade em dormir cedo e acabava indo dormir tarde, o que afetou sua rotina de estudo na qual estava acostumado. Com isso, precisou criar um novo ritmo, que fizesse mais sentido para ele naquele momento. Outros colegas também relatavam passar pela mesma situação. A falta de referência quilombola no geral também é um tópico de destaque em sua narrativa:

No final das contas, pelo menos nas classes em que nós frequentamos, somos meio que pioneiros. Claro, tem vários outros quilombolas que já são formados, tem alguns no doutorado, mas assim, referência e contato direto eu não tive na minha classe nenhum colega quilombola, nem na minha graduação nem no meu mestrado.

Então, eu era o cara quilombola, por assim dizer. Na minha graduação não tinha nenhum outro quilombola na faculdade, já no mestrado já tinha vários outros quilombolas... a UFPR cheia de quilombolas participando então eu conseguia ter esse contato. De referência bibliográfica eu consegui alcançar alguns quilombolas, mas não dentro das áreas que eu pesquisei. Nenhum dentro da área de história e da antropologia (José Roberto, 2021).

O que é possível perceber com base nas falas dos interlocutores, é que o maior dos desafios encontrados em suas trajetórias na pós-graduação e também na universidade de forma geral, é a falta de referência. Isso mostra, então, que os programas ainda precisam avançar em muito para que se possa ter de fato uma representação, afinal de contas, não cabe aos/as quilombolas serem tidos apenas como objetos de pesquisa ou terem por obrigação falar apenas de suas comunidades e/ou realidades.

3.4. Percepções, desafios e relação pesquisadora x interlocutores

Acredito que realizar essa pesquisa, foi em si uma experiência um tanto desafiadora, devido não apenas as dificuldades encontradas pela falta de dados referentes ao ingresso de quilombolas na Universidade Federal do Paraná, como também pela impossibilidade de campo com todos os interlocutores que estava na ideia inicial da pesquisa e que não foi possível devido à pandemia.

O encontro com os interlocutores se deu, principalmente por meio do grupo de extensão, como já mencionado em outro momento do texto e também pela busca dos interlocutores nos programas da universidade.

Foi com o Benedito, que pude ter uma troca maior durante a elaboração da pesquisa, até porque ingressamos na mesma turma de mestrado, o que fez com que nos aproximássemos até mesmo antes do mesmo passar a ser a ser interlocutor do presente trabalho. Foi também com o Benedito que tive a oportunidade de estar em campo durante o primeiro ano do mestrado.

Essa relação inclusive, foi bastante curiosa pois através da narrativa dele pude perceber como nossa perspectiva em relação à algumas coisas foram diferentes. Em alguns momentos em sua narrativa, Benedito conta que se sentiu bastante acolhido pela nossa turma e já para mim não foi bem assim que me senti, pois desde as primeiras disciplinas por exemplo eu já havia sentido que alguns grupos se formavam e de forma geral, em nossa turma nós também acabamos nos agrupando entre nós e mais alguns colegas da educação do campo. Enquanto outros colegas também se agruparam ou por temáticas de pesquisas parecidas, por afinidade ou por se conhecerem anteriormente. Então, no que diz respeito a isso, posso dizer que me senti menos próxima da turma de uma forma geral, diferente do meu interlocutor.

Analisando a trajetória e todos os obstáculos que estiveram presentes em sua vida escolar e acadêmica, dificilmente os desafios do mestrado superariam todas as outras dificuldades que já foram enfrentadas anteriormente. Em sua narrativa é muito presente o quão ter conseguido continuar estudando foi e ainda é importante, pois em diversos momentos Benedito dizia que acreditava que a graduação já era o limite e que já nem se imaginava indo para além dessa etapa.

Com o Oriel eu também pude ter algum contato pessoalmente, através do grupo de pesquisa, contudo, foram poucos os encontros que estivemos presentes juntos e todos também foram logo no começo do meu ingresso no mestrado, entre abril e julho de 2019, então enquanto eu estava começando, Oriel já estava rumo a reta final do seu mestrado. Ainda que durante pouco tempo de convívio pudemos ter algumas trocas. Naquele momento ainda estava com o intuito de pesquisar sobre a narrativa de quilombolas na graduação, então em muitas de nossas conversas ele me sugeria alguém para conversar, falava dos colegas que estavam ingressos em diferentes programas da universidade e também se mostrava sempre muito disposto a ajudar.

Nas entrevistas que fizemos, sua fala sempre trouxe uma perspectiva de ancestralidade e de coletividade muito forte, mostrando sempre que sua trajetória é também sobre sua comunidade e o fato de ter conseguido concluir a graduação e o mestrado deve ser visto como uma referência para a comunidade, e principalmente para os mais novos.

Foi com bastante orgulho também que durante as entrevistas me contou sobre suas participações ativas em diversos movimentos que foram e ainda são importantíssimos para a luta quilombola. Em relação a sua narrativa de vida, o seguinte trecho, dito em nossa última entrevista consegue sintetizar de uma forma muito bonita o significado de sua trajetória:

A minha história, é uma história bastante (pausa). Eu acho bonita, as vezes não gosto de contar, mas agora resolvi contar muito do que foi a minha passagem pela universidade.

Eu sempre quis fazer uma universidade, mas nunca tive a oportunidade, quando tive a oportunidade eu fui pra universidade e não concluí o curso. Por motivos alheios a minha vontade, eu larguei a faculdade no último ano do curso. Pro movimento eu era o advogado, mas eu não era advogado, nem bacharel porque eu não tinha terminado a faculdade, mas sempre tratei da parte jurídica da CONAQ. Nas relações de movimento, você acaba conhecendo muita gente e eu acabei conhecendo um grupo de pessoas, ou melhor, 3 pessoas, que eu já conhecia há muito tempo, mas eles não conheciam a minha história, de que eu queria continuar na faculdade e que eu queria voltar a fazer direito.

Quando eles conheceram um pouco da minha história, eles resolveram me ajudar a terminar o curso. Então, na verdade eu terminei o curso porque algumas pessoas me ajudaram a pagar a faculdade. Então, eu fiz o curso na PUC-PR e as mensalidades foram pagas por 3 pessoas, que são amigas da gente e que ajudaram eu a ser um advogado hoje. Essas pessoas são amigas de movimento e fizeram seu papel social. Eu fui para a faculdade com bastante esperança e queria terminar o curso e para isso, eu me forcei a estudar de manhã, a noite e a tarde

para poder terminar o curso. Então, eu queria terminar o curso com menos tempo, porque lá eu entrei de novo no primeiro ano da faculdade. Eu já tinha feito 5 anos e entrei tudo de novo. Mas aí consegui terminar a faculdade e faltando um ano para acabar, eu já tinha passado no exame da ordem, aí ficou mais adiantado ainda porque eu consegui fazer algo que muitos não conseguiam, que foi passar no exame da ordem antes mesmo de terminar a faculdade. Aí o desafio foi terminar a faculdade, porque aí não tinha como mais não terminar.

Eu consegui vencer isso (Oriol Rodrigues, 2021).

Assim como na narrativa de Benedito, a trajetória do Oriol também teve algumas dificuldades e ao longo de seus quarenta e nove anos, muitas são também as histórias de luta que possui.

Falando em luta e movimento social, foi através deste que o Oriol e o José se conheceram. E foi através do mapeamento que precisei fazer para saber em quais programas haviam quilombolas matriculados que conheci o José. O programa de pós-graduação em Antropologia ao receber meu e-mail, respondeu dizendo que haviam sim dois estudantes matriculados, me passando assim seus contatos. No primeiro momento enviei e-mail e trocamos whatsapp e fomos mantendo contato por lá em meados de julho de 2020, então antes mesmo de entrevista-lo nós conversamos, expliquei sobre minha pesquisa e ele também me contou sobre a sua e dessa forma fomos nos aproximando.

Assim como aconteceu com os outros dois interlocutores, também pudemos perceber algumas similaridades em nossas narrativas. Nesse caso, foi bem interessante que passamos pelo desafio de sair da cidade natal e vir para Curitiba, inclusive com as percepções sobre a cidade que foram bem parecidas entre si. Ao longo de nossas conversas pude perceber bastante o quanto o interlocutor teve um aprofundamento nas questões mais epistêmicas em relação ao conceito de quilombos no Brasil, em sua pesquisa do mestrado.

Acredito que, os desafios que surgiram para mim durante a pesquisa foram muito relacionados à pesquisa de campo e as entrevistas e contato com os interlocutores, que em sua totalidade quase, ocorreram de forma virtual. Contudo, ainda com as dificuldades de campo e também as estruturais que ocorreram durante a elaboração da pesquisa, creio que os objetivos propostos conseguiram ser concluídos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto colonial atuou rumo a uma dizimação das populações tradicionais no Brasil. A colonialidade então, é responsável pela invisibilização dessas populações e de seus atores, visto que perpetua uma lógica baseada em aspectos racistas, patriarcais e eurocentrados. Aspectos estes que podem ser observados em relação as comunidades quilombolas e em perspectivas equivocadas sobre seus modos de vida, que vale ressaltar aqui, são plurais, não podendo então serem tratados de uma única forma sem que seus diferentes contextos e suas diferentes territorialidades sejam levados em conta.

Nesta dissertação, buscou-se analisar como foram constituídas as narrativas de três discentes quilombolas em diferentes programas de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná. Durante o período de elaboração deste texto, os únicos programas da Universidade que haviam discentes matriculados foram os seguintes: o Programa de Pós-Graduação em Educação, com um discente matriculado, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia, com duas pessoas matriculadas e o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, tendo apenas um quilombola matriculado. Ou seja, no período de 2019 a 2021, haviam quatro quilombolas matriculados em três, dos oitenta e nove programas de pós-graduação da Universidade.

Se antes da elaboração deste trabalho, a percepção de que a pauta referente a inclusão de quilombolas era invisibilizada na academia, durante a realização da pesquisa essa percepção pôde ser comprovada como uma realidade de fato.

Essa pouca presença quilombola no espaço acadêmico da UFPR ficou mais evidente durante a etapa investigativa da pesquisa e também na dificuldade encontrada em acessar a informação de onde estariam matriculados os discentes. Dois dos estudantes eu tive a oportunidade de conhecer através do Grupo de Pesquisa e Extensão Joana de Andrade, do qual fazemos parte, contudo a forma que encontrei para localizar os demais foi listando os programas existentes na universidade e enviando e-mail para todos perguntando se neles haveriam quilombolas matriculados no mestrado ou doutorado. Dos oitenta e

nove programas, obtive resposta de trinta e dois. Mais da metade dos programas nem sequer responderam.

O intuito aqui, não é de culpar os programas, visto que geralmente quem gerencia o e-mail ou algum outro meio digital dos programas são servidores e muitas podem ser as razões para as não respostas. Essas não respostas, contudo, no contexto desta pesquisa também contam como uma resposta.

Nesse sentido então, não ter uma resposta de cinquenta e sete programas de pós-graduação da Universidade em relação a sujeitos que possuem pouca visibilidade nesse espaço é algo significativo.

Outra questão importante a ser ressaltada é que foi possível perceber o quão importante são as políticas de ação afirmativa que visam não somente a inserção, mas também a permanência no espaço acadêmico, sobretudo nesse caso, na pós-graduação.

Nas narrativas dos interlocutores, a dificuldade de ingresso não apenas na pós-graduação foi trazida por eles em diversos momentos de suas falas referentes às suas trajetórias educacionais. As narrativas de Oriel e Benedito se assemelham em alguns momentos quando narram as dificuldades que enfrentaram logo no começo do percurso educacional quando ainda estavam no ensino básico. Ambos relatam sobre as longas distancias que precisavam percorrer até a escola e até mesmo a necessidade e dificuldade de conciliar trabalho e estudo.

Ao que se refere a presença de quilombolas nas pós-graduações, percebo que todos os interlocutores enfrentaram questões semelhantes mesmo em contextos e áreas diferentes, sobretudo em relação a falta de referência na universidade.

. O que se percebe, é que de fato são poucas as referências e o que muitas vezes acaba acontecendo é que a cosmovisão quilombola somente vem à tona quando trazida por quilombolas e por poucos professores que trabalham com a temática em suas disciplinas e/ou grupos de pesquisas.

Isso pode ainda ser melhor explicitado no fato de que, muitas das teses e dissertações que tinham como temática quilombos ou quilombolas, foram resultados de projetos da universidade aliados a órgão de pesquisa.

Uma reflexão que me surge então é: será que na ausência de professores que estudam a questão quilombola de alguma forma, esses estudantes seriam acolhidos por outros professores?

Acredito que pode ser que sim, que estudantes quilombolas possam sim ser orientados por professores que não discutem a temática, até porque ser quilombola não implica em pesquisar necessariamente questões relacionadas a quilombos. O que não acontece com os interlocutores desta pesquisa, entretanto. O que me faz acreditar também que certamente possa haver uma dificuldade nesse processo e acolhimento.

A importância de redes de conexões que possibilitaram discussões sobre suas vivências não só na universidade, mas também em suas próprias comunidades aparece nas falas dos interlocutores.

Para Oriel e Benedito, as redes que foram possibilitadas pelo grupo de pesquisa e extensão Joana de Andrade, coordenado pela professora Carolina dos Anjos de Borba, fez uma grande diferença na trajetória acadêmica de ambos. José também citou em sua narrativa as amizades que acabou fazendo com outros estudantes da graduação, que era onde mais estavam inseridos outros quilombolas na universidade.

Nesse sentido, é imprescindível que a universidade avance nos debates e no reconhecimento referente aos povos tradicionais para que essas discussões possam alcançar outros lugares, outros programas e quem sabe isso também possa facilitar o ingresso de quilombolas em outros programas de diferentes áreas e em diferentes níveis.

É fato que as ações afirmativas se fazem de extrema importância para que ocorra um maior ingresso de quilombolas, camponeses, faxinalenses e demais sujeitos de populações tradicionais na

universidade, assim como de negros/as e outras minorias. Contudo, ao longo da pesquisa, o que pude constatar é que o interesse da universidade para esse ingresso também deve ocorrer.

A Universidade Federal do Paraná, conta desde 2017 com a Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD), o que é de fato um grande avanço no debate sobre políticas afirmativas na universidade. Com isso, a questão quilombola dentro da mesma, poderia ser então muito mais impulsionada.

Outro fato que também me chamou a atenção e acredito que cabe ser mencionado aqui, é que quando foram enviados os e-mails para os programas, eu não obtive resposta do primeiro programa da UFPR que implantou cotas na pós-graduação em 2013, o programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Por ter sido o primeiro programa, resolvi enviar outro e-mail perguntando dessa vez quantos alunos egressos haveriam no programa e só então me responderam que no momento não haviam discentes matriculados, assim como também não haviam egressos. Será então, que pensar apenas em ações de políticas afirmativas resolve a questão da falta de quilombolas nos programas? E qual seria então outra alternativa?

Essas perguntas aparecem aqui apenas a nível de reflexão, visto que não possuo respostas para as mesmas, entretanto as trago mesmo assim para que, quem sabe, estas possam ser de alguma forma questões motivadoras para outras pesquisas ou somente sirvam de provocações.

As narrativas dos interlocutores Oriel, Benedito e José, cada qual com suas singularidades, evidenciou o quanto o ingresso de quilombolas na universidade, nos programas de pós-graduação produzem uma inovação, tanto para a academia já que os trabalhos que são produzidos trazem novas questões, novas provocações e inclusive fazem a própria universidade se repensar.

Espera-se então, que as reflexões aqui trazidas possam inspirar outras discussões sobre ingresso, permanência e produção quilombola no espaço acadêmico. Espaço esse permeado ainda pelas colonialidades do

saber, do ser e do poder e que por isso, necessita cada vez mais de sujeitos outros que rompam com essas lógicas. Acredito que as reflexões quilombolas não precisem passar pela validação da academia para serem de fato consideradas e reconhecidas, entretanto a universidade ganha muito ao se abrir para esses saberes, para essas reflexões e para essa pluralidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Hetienne Juliani Pontes de. **Ecoturismo e tradição cultural quilombola: análise sobre as influências do turismo no Parque Estadual Caverna do Diabo nas comunidades de Ivaporunduva e Sapatu (Eldorado/São Paulo/Brasil)**. Curitiba, 2017.

ALVES, Tanize Tomasi. **O comportamento relacional nos processos regionalizadores cotidianos: um estudo comparativo entre os quilombolas de São João e Santa Cruz-PR**. Curitiba, 2017.

BARTH, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. In: **Revista Antropolítica**, n.19 (2º semestre). Niterói: EdUFF, 2005. p. 15-30.

CAMPOS, Laís Rodrigues et al. **Do quilombo à universidade: trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará-Campus Belém quanto à permanência**. 2016.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 87-95, 2005.

CONAQ Coordenação Nacional de articulação das Comunidades Quilombolas; Terra de Direitos. (org.) **Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil**. Curitiba: Terra de Direitos, 2018

CRUZ, André Viana da. **Identidade cultural como elemento determinante para titulação de terras quilombolas**. Curitiba, 2016.

CRUZ, Carcius Marcelus. **Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política de educação escolar quilombola no Paraná no início do III milênio**. 2012. 197f. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FAERMANN, Lindamar Alves. A pesquisa participante: suas contribuições no âmbito das ciências sociais. 2014.

FONINI, Regiane. **Agrofloresta e alimentação: estratégias de adaptação de um grupo quilombola em Barra do Turvo-SP**. Curitiba, 2012.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, v. 46, n. 2, p. 423-444, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?**. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez 2002, nº21, p. 40-168

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação**, v. 39, n. 3, p. 404-411, 2016

Komarcheski, Rosilene. **Redes de re-existências d esd e o Quilombo João Surá**. Rosilene Komarcheski. - Curitiba, 2019.

KOSS, Lucimara. **Imigrantes europeus, migrantes brasileiros e quilombolas na Colônia Federal Ivaí-PR durante a primeira metade do século XX**. Curitiba, 2019.

LEAL, Ondina Fachel et al. " Desdisciplinar a antropologia": diálogo com eduardo restrepo. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 41, p. 359-379, 2014.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

LEWANDOWSKI, Andressa. **Agentes e agências: o processo de construção do Paraná Negro**. Curitiba, 2009.

LIMA, Silvia Maria Amorim. **A permanência de estudantes negros (as) na Universidade Federal do Paraná: aspectos material e simbólico**. Curitiba, 2016.

LITTLE, Paul Eliot. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: Simpósio natureza e sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia. **XXIII Reunião Brasileirade Antropologia**. Gramado, 2002.

MORAES, Oriel Rodrigues de. **Quilombo Ivaporunduva: o caminho da gestão territorial como perspectiva de reexistência e do bem viver**. Curitiba, 2020.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. Editora Ática, 1987.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. São Paulo: **Revista USP**, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.

PAGLIARINI, Raphael. **A construção de identidades nas comunidades negras de São Roque e Rio do Meio (Ivaí, 1988-2018)**. Curitiba, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do poder: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBAS, Cristina Elena Taborda. **A história difícil do Brasil: contraponto entre o pensamento histórico, a consciência histórica de jovens quilombolas e os conteúdos curriculares**. Curitiba, 2019.

RIBEIRO, Dandara dos Santos Damas. **Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos: identidade e famílias negras em movimento**. Curitiba, 2018.

ROCHA, Vanessa Gonçalves da. **A Constituição Da Docência Para A Educação Escolar Quilombola No Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos Na Comunidade De João Surá-Pr**. Curitiba, 2020.

RODRIGUES, José Roberto. **Quilombo Brotas de Itatiba (SP): significados, interpretações, memórias e consciência quilombola**. Curitiba, 2020.

SANTOS, Antonio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significações. **Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa**, 2015.

SANTOS, Thaís Calixto dos. **Universidade, Território e Emancipação: Quilombolas Estudantes no Ensino Superior**. 2017.

SILVA, Fabiane Moreira da. **Escolas Para Quilombolas: Identidade, Territorialidade No Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos E Na Escola Municipal Do Campo Augusto Pires De Paula**. Curitiba, 2020.

SILVA, Judit Gomes da. **Etnografia de um direito: o estabelecimento de uma política de acesso de quilombolas à Universidade Federal de Santa Catarina**. Curitiba, 2020.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Negros na universidade e produção do conhecimento. **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, p. 43-54, 2003.

SOARES, Edimara Gonçalves. **Do quilombo à escola: os efeitos nefastos das violências sociais silenciadas**. Curitiba, 2008.

SOARES, Edimara Gonçalves. **Educação escolar quilombola: quando a diferença é indiferente**. Curitiba, 2012.

VANALI, Ana Crhistina; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Ações afirmativas na pós-graduação **stricto sensu**: análise da Universidade Federal do Paraná. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 171, p. 86-108, jan./mar. 2019. <https://doi.org/10.1590/198053145911>

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 12-43, 2009.

ANEXO I - Tópicos e perguntas abordadas na entrevista semi-estruturada

- História da comunidade
- Trajetória educacional
- Como era a sua percepção da Universidade antes de ingressar no ensino superior?
- Durante esse percurso, você imaginou ou imagina o campo educacional como um espaço de fortalecimento da sua identidade?
- Em relação à sua vivência na pós-graduação, sentiu ou sente algum estranhamento no ambiente acadêmico?
- Em algum momento se sentiu de alguma forma discriminado por sua identidade nesse espaço?
- Você sente que os assuntos discutidos na universidade dialogam com a sua realidade?
- Relação com os colegas de turma.